

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO E BIBLIOTECONOMIA

JULIANA NEPOMUCENO PINTO

GÊNEROS DE JORNALISMO NO JORNALISMO DE GÊNERO:
UMA ANÁLISE DOS DESENCONTROS DISCURSIVOS ENTRE O MOVIMENTO
FEMINISTA E O JORNALISMO, EM GOIÁS, DE *O POPULAR* E *DIÁRIO DA MANHÃ*

JULIANA NEPOMUCENO PINTO

GÊNEROS DE JORNALISMO NO JORNALISMO DE GÊNERO:
UMA ANÁLISE DOS DESENCONTROS DISCURSIVOS ENTRE O MOVIMENTO
FEMINISTA E O JORNALISMO, EM GOIÁS, DE *O POPULAR* E *DIÁRIO DA MANHÃ*

Monografia apresentada ao Departamento de
Jornalismo da Universidade Federal de
Goiás para obtenção do título de Bacharel
em Jornalismo.

Área de concentração: Análise do discurso
Orientador: Prof. Dr. Luiz Antonio Signates
Freitas

JULIANA NEPOMUCENO PINTO

GÊNEROS DE JORNALISMO NO JORNALISMO DE GÊNERO:

UMA ANÁLISE DOS DESENCONTROS DISCURSIVOS ENTRE O MOVIMENTO
FEMINISTA E O JORNALISMO, EM GOIÁS, DE *O POPULAR* E *DIÁRIO DA MANHÃ*

Monografia defendida no Curso de Jornalismo da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás, para obtenção do grau de Bacharel, aprovada em _____ de _____ de _____, pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Luiz Antonio Signates Freitas - UFG

Profa. Ms. Angelita Lima

Profa. Ms. Ângela Teixeira de Moraes

A todos que me acompanharam
neste trabalho, pelo apoio e
pela compreensão a mim
dados.

AGRADECIMENTOS

Ao professor e orientador desta monografia, Luiz Signates, pelas reflexões e pela atenção.

Ao Conselho Popular da Mulher e à Superintendência da Mulher, pela recepção carinhosa.

Aos amigos e parentes que acreditaram e me apoiaram nesta pesquisa.

“Eu gosto de dizer: eu sou feminista, mas o meu feminismo é este [...] porque eu tenho muito medo que tomem o meu feminismo através dessa adulteração que se fez do termo que interessa muito à ditadura, de entender que esta é uma luta das mulheres contra os homens, e eu não quero de maneira alguma ser interpretada dessa forma. Tenho muito respeito pelos homens. Acho que eles também são vítimas dessa sociedade, embora nós sejamos mais vítimas do que eles”.

Heleith Saffioti em entrevista para o jornal *Mulherio* (nº 6, de março e abril de 1982).

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo compreender a articulação que existe entre os discursos dos jornalistas e dos movimentos feministas nas notícias de violência contra a mulher em dois jornais de Goiânia: *Diário da Manhã* e *O Popular*. Para tanto, foram analisadas notícias previamente selecionadas dos dois jornais, dos meses de julho e agosto. Além das notícias, foi feita também uma análise de textos distribuídos, ou que servem de pesquisa nos Movimentos Feministas de Goiânia. O material foi colhido em duas instituições específicas: Centro Popular da Mulher e Superintendência da Mulher. A análise desenvolvida nesta pesquisa definiu antecipadamente a história das feministas na mídia, suas participações e a questão da violência de gênero, manifestação de um poder masculino que causa a violência contra a mulher. A leitura e a análise das notícias e dos textos recolhidos nos movimentos feministas evidenciaram que os principais jornais diários de Goiânia produzem um discurso heterogêneo, cambiante entre os discursos institucionais (político, econômico, militar, jurídico e médico) e os discursos feministas nas notícias que dizem respeito à violência contra a mulher. Verificou-se que, enquanto os discursos feministas são construídos a partir de contextos específicos, os discursos dos jornalistas são tecidos a partir da relação da vítima da violência com outras esferas de poder que estejam mais diretamente relacionadas.

SUMÁRIO

RESUMO.....	7
I.INTRODUÇÃO.....	10
II.FEMINISMO E IMPRENSA.....	13
2.1.OS PRIMEIROS JORNAIS FEMINISTAS.....	13
2.2.JORNAIS FEMINISTAS COMO LUTA POLÍTICA.....	18
2.3.CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	23
III. MULHER, PODER E VIOLÊNCIA DE GÊNERO.....	25
3.1.O CONCEITO DE GÊNERO NOS MOVIMENTOS FEMINISTAS.....	25
3.2. RELAÇÕES DE PODER E VIOLÊNCIA SOB A MULHER.....	27
3.3.CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
IV. PROCESSOS DE INVESTIGAÇÃO.....	34
4.1. PROCEDIMENTOS DAS ETAPAS.....	34
4.2.PROCEDIMENTOS FINAIS.....	37
V.ANÁLISE DOS DISCURSOS FEMINISTAS.....	43
5.1.FEMINISMO:UMA ANÁLISE CRÍTICA DOS DISCURSOS.....	43
5.2.CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64
VI.ANÁLISE DOS DISCURSOS DOS JORNAIS.....	66
6.1.APROFUNDANDO SOBRE OS DISCURSOS JORNALÍSTICOS.....	66
6.2. RESULTADOS DE ANÁLISE DOS DISCURSOS JORNALÍSTICOS.....	80
6.3.CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	84
VII.CONCLUSÃO.....	85
REFERÊNCIAS.....	89
ANEXO I.....	92
ANEXO II.....	93
ANEXO III.....	94
ANEXO IV.....	95
ANEXO V.....	96
ANEXO VI.....	97
ANEXO VII.....	98
ANEXO VIII.....	99
ANEXO IX.....	100

ANEXO X.....	101
ANEXO XI.....	102
ANEXO XII.....	103
ANEXO XIII.....	104
ANEXO XIV.....	105
ANEXO XV.....	106
ANEXO XVI.....	107

I INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos, o movimento feminista tem construído sua história na humanidade, seja por meio de manifestações políticas, passeatas, desenvolvimento de seu conteúdo teórico, dos grupos de estudos feministas, da formação de Conselhos, Superintendências, Casas de Abrigo, ou até mesmo pelo seu importante papel na mídia. O Movimento, portanto, possui ações históricas de luta e de defesa das mulheres.

Esta pesquisa preocupou-se em estudar um tema específico do movimento feminista: a violência contra a mulher, que durante muito tempo sobreviveu “invisível” aos olhos da sociedade e do poder público. Somente após um período de auge no desmascaramento de uma série de violências cometidas às mulheres, nos anos 1970, no Brasil, essa agressão passou a ser vista como um crime contra as mulheres. Em 1975, instaurou-se o Ano Internacional da Mulher, que, até 1986, serviu como uma década de luta histórica dos Movimentos Feministas em defesa das mulheres. Após esse período, foi criada uma série de entidades em defesa das mulheres, em especial a Delegacia da Mulher. A primeira surgiu em São Paulo, em 1985, e serviu como um órgão específico de denúncia de casos de violência contra a mulher, sejam eles físicos, sexuais ou psicológicos.

Algumas mulheres sempre procuraram reverter a situação histórica de submissão, que, de uma forma ou de outra, colocaram-nas como vítimas de uma sociedade construída historicamente em torno do “machismo”. Enfrentando pressões da Igreja, dos colonizadores, dos maridos, enfim, dos homens, muitas mulheres conquistaram espaço no mundo das letras. Entraram em universidades, assumiram cargos políticos e participaram de diversos veículos de comunicação.

Apesar de uma série de conquistas, as mulheres sempre foram relegadas a cargos inferiores e a um salário menor. No campo da comunicação, as mulheres tiveram um papel importante na divulgação dos seus trabalhos, bem como um meio que elas encontraram para manifestar suas lutas de maneira que assumissem um caráter mais público e reivindicatório.

O movimento feminista foi, portanto, responsável pela abertura de uma série de jornais, especialmente no Brasil, como o *Jornal das Senhoras*, o *Sexo Feminino*, o *Jornal das Damas*, *Mulherio* e o *Brasil Mulher*. Hoje, as feministas se revelam não somente nos próprios jornais que escrevem, como também nos demais veículos de comunicação. Mas até que ponto essas mulheres feministas possuem hoje um espaço relevante na mídia? De que forma se

apresentam os discursos feministas nos jornais atuais? Com o intuito de verificar como esses movimentos se manifestam nos veículos de comunicação e particularmente em dois jornais impressos de Goiânia (*Diário da Manhã* e *O Popular*) é que se propõe este trabalho.

Os primeiros jornais feministas discutiam temas particularmente relacionados à moda. Posteriormente, passaram a apresentar discussões também sobre política, literatura e cultura em geral, além de culinária. No entanto, não se sabe hoje até que ponto os veículos de comunicação em geral, principalmente os jornais impressos, discutem as questões propostas pelas feministas. Nota-se, porém, que os meios de comunicação têm se apropriado de um tipo de discurso específico, que é o da violência. Somos “bombardeados”, diariamente, com o intermédio dos meios de comunicação (sejam eles TV, rádio, Internet, ou jornais impressos), por notícias de violência. Muitas delas referem-se a uma violência específica, que é a violência contra a mulher, o objeto de estudo desta pesquisa.

Não se delimitou neste trabalho um tipo específico de violência contra a mulher, já que o intuito da pesquisa partiu de um caráter mais amplo: verificar a forma como esse tipo de violência é discutida nos jornais, tanto pelo seu caráter social como também político.

Segundo Heilborn (1994, p.13),

a expressão “violência contra a mulher” torna-se uma categoria política no sentido em que está ancorada num sistema discursivo produzido pelo movimento feminista. A categoria de violência contra a mulher articula-se ao modo como o feminismo encara as formas de organização das relações entre sexos. Como estas são organizadas de maneira hierárquica, a possibilidade e a virtualidade do aparecimento da violência estão sempre presentes.

Os jornais constróem suas narrativas, apresentam seus discursos e nos “apresentam” suas ideologias. Normalmente o leitor é “domesticado” a acreditar que existe uma objetividade e imparcialidade nos jornais. Cada notícia ganha um espaço próprio nos jornais de acordo com o interesse dos veículos de comunicação. Outras sequer chegam a aparecer. As notícias sobre violência algumas vezes recebem espaço significativo nos jornais; outras, são diminuídas. Os jornais, portanto, não atendem somente a reciprocidade dos leitores ou editores, mas possuem discursos posicionados, engajados, muitas vezes característicos do jornalista que escreve.

Os personagens, nas notícias de violência contra a mulher, só existem, na maioria das vezes, pelo fato de terem sido vítimas ou terem cometido determinado crime. Como explica Dias (1996, p.182),

os crimes localizados em classes populares são narrados pelos jornais em padrões parecidos com aqueles do romance grego do tipo caracterizado por Bakhtin como de “aventuras e provações”. Todas as ações desenrolam-se tendo como marco um ponto fundamental: o crime. Esse ponto é o acontecimento essencial da vida dos personagens: é ele o índice significativo da biografia de cada um deles. Apesar da existência de um número enorme de fatos e acontecimentos anteriores a esse ponto, nesse período nada de essencial ocorre nas narrativas. Os personagens só existem por causa do crime, tudo acontece como se até aquele momento nada tivesse ocorrido na vida dos personagens.

Os personagens não são escolhidos pelos jornalistas: são vítimas de determinada ação humana. A notícia surge, então, em torno de uma violência específica. Essa mesma violência ocorre tanto na esfera pública quanto na esfera privada e as feministas muito lutam pelo fim dessa agressão. Mas não se sabe até que ponto os jornalistas reproduzem esse apelo das feministas. Será que, ao discutir o problema da violência contra a mulher, os discursos dos jornalistas são os mesmos das feministas que lutam e defendem as causas da mulher? Será que existe alguma diferença em relação aos jornalistas do sexo feminino ou do sexo masculino quanto à publicação de notícias que dizem respeito à violência contra a mulher? No intuito de verificar até que ponto os discursos dos jornalistas se articulam com os movimentos feministas é que se propõe este trabalho.

No final da pesquisa, foi feito um mapeamento dos discursos presentes no conteúdo das notícias veiculadas em dois jornais de Goiânia: *O Popular* e *Diário da Manhã*. A partir daí, pretendeu-se alcançar o objetivo da pesquisa e verificar como os discursos foram construídos, partindo-se de uma análise em profundidade dos textos analisados.

II FEMINISMO E IMPRENSA

A história do feminismo alcançou muitas lutas políticas, acadêmicas e institucionais. As feministas, durante um longo período, procuraram mostrar o papel da mulher na sociedade e transpor alguns obstáculos, como a submissão e o patriarcalismo, para que pudessem garantir cada vez mais seus direitos.

Este capítulo pretende resgatar a história do movimento feminista e suas manifestações na imprensa. O que torna importante esta análise é compreender o modo como as feministas construíram seus discursos ao longo da história e verificar até que ponto esses discursos atendem e manifestam as necessidades das mulheres, atualmente.

Para isso, reconstruiu-se o papel das feministas na imprensa e procurou-se demonstrar de que forma seus discursos foram construídos em vários períodos da história. Esta análise busca compreender a inter-relação que existe entre os discursos das feministas atualmente e como eles se manifestam na grande mídia.

2.1 Os primeiros jornais feministas

As primeiras manifestações feministas na mídia começaram a surgir já no século XIX. Para se referir a esta primeira etapa, ou seja, as manifestações mais “primitivas” das mulheres em busca do seu espaço na sociedade, serão utilizadas as terminologias “primeira e segunda onda feministas”, como são usadas por alguns autores. No entanto, a utilização destes termos na pesquisa não pretende dar um caráter evolucionista às mulheres, mas sim possibilitar uma compreensão das fases em que ocorreram as manifestações feministas na mídia em diferentes épocas, sem que se veja este percurso como necessário e obrigatório.

Como afirma Louro (1997), no final do século XIX, há 120 anos, ocorreu a “primeira onda feminista”. Nesse período, já começaram a surgir iniciativas individuais e eletivas de mulheres por uma educação de qualidade, pelo acesso a universidades e pelo direito de serem reconhecidas como cidadãs, ou seja, pelo direito de votar e serem votadas.

No Brasil, durante o período colonial, como explica Teles (1999, p.18-19),

a população da Colônia era explorada em benefício do nascente capitalismo europeu. E à mulher daquele tempo coube, como ainda ocorre nos dias de hoje, uma parcela

maior de exploração: primeiro, enquanto parte da população brasileira, sem qualquer poder de decisão, dominada que era pela metrópole (Portugal); segundo, porque nessa época a sociedade aqui formada organizou-se sob a forma patriarcal, isto é, uma sociedade onde o poder, as decisões e os privilégios estavam sempre nas mãos dos homens. Nessa situação, o papel que cabia à mulher da classe dominante (proprietários de terras e de escravos) era, necessariamente, o de esposa e mãe dos filhos legítimos dos senhores. A mulher se casava ainda muito jovem e o marido, escolhido pelo pai, era, geralmente, bem mais velho.

Assim, as mulheres já cresciam enquanto vítimas de uma sociedade patriarcal e seu papel era cuidar da casa e dos filhos. E, como explica Teles (1999, p.19-20), o patriarcalismo adquiria ainda mais força a partir da educação dada às mulheres pela Igreja Católica, que, naquele momento histórico, de Brasil Colônia, era a principal referência na educação:

nessa época, no Brasil, a educação estava a cargo da Igreja Católica, em especial dos padres jesuítas. A Igreja disseminava a ideologia patriarcal e racionalizava seu significado: “Adão foi induzido ao pecado por Eva e não Eva por Adão. É justo que aquele foi induzido ao pecado pela mulher seja recebido por ela como soberano”, pensamento de Santo Ambrósio que embasava, na época, as práticas pedagógicas. Com esse conteúdo educacional, a mulher se tornava tímida, ignorante e submissa. E os valores e ideais que transmitia eram os mesmos que aprendera: tradicionais, conservadores e atrasados. Assim, ela se tornava um elemento fundamental para manter a situação existente.

No entanto, algumas mulheres procuraram reverter esse processo historicamente construído de submissão e patriarcalismo. “Durante o século XIX e as primeiras décadas do século XX, a luta pela liberdade de informação era uma constante entre todos os que pretendiam de alguma maneira reformar o regime político brasileiro ou mudar as formas hierárquicas excludentes” (Pinto, 2003, p.28). Pinto (2003, p.29-30) diz ainda que,

nesse ambiente, qualquer grupo com pretensão de se apresentar à sociedade com novas idéias buscava a imprensa para se expressar, para formar uma opinião pública a seu favor [...]. Muitas mulheres buscavam adeptas, queriam formar um movimento de opinião a favor das idéias de libertação, e isto tem sua originalidade.

A partir desse momento, começaram a surgir, às primeiras manifestações das mulheres que buscavam adquirir espaço na imprensa, um local que poderia ser propício para discutir e para propagar as idéias feministas. Como explica Teles (1999, p.35),

em meados do século XIX surgiram no Brasil diversos jornais editados por mulheres, que, certamente, tiveram grande papel para estimular e disseminar as novas idéias a

respeito das potencialidades femininas. Vários brasileiros recorriam à imprensa para informação e trocas de idéias sobre suas crenças e atividade. As feministas brasileiras também lançaram mão desse recurso.

A maioria dos jornais, em princípio, discutiam moda, mas, ao longo dos anos, foi conquistando outros espaços, passando a escrever sobre os mais diversos temas. Toscana & Goldenberg (1992, p.32 *apud* Pinto, 2003, p.31) diz que

segundo Buitoni, pesquisadora da imprensa feminina no Brasil, as primeiras publicações, ainda no início do século XIX, tinham como tema quase exclusivo a moda. Entretanto, logo apareceram revistas que falavam de política, literatura e cultura em geral, além de culinária. A maioria dessas publicações era efêmera, não durando mais do que cinco ou seis números.

A partir dessas importantes conquistas, muitas mulheres conseguiram gradativamente um grande espaço na imprensa. Criaram jornais e assumiram posições de chefia. Teles (1999, p.33) afirma que

o Brasil foi o país latino-americano onde houve maior empenho do jornalismo feminista. O primeiro desses jornais foi o *Jornal das Senhoras*, que saiu às ruas em 1852, editado por Joana de Paula Manso, argentina, que viveu muitos anos no Rio de Janeiro. Ela trabalhava junto com Violanta Atalipa Ximenes de Bivar e Vellasco e Gervásia Memezia Pires dos Santos. Esse jornal teve o mérito de alertar as mulheres para suas necessidades e capacidades, embora enfatizasse que o papel principal da mulher fosse “amar e agradar aos homens”, colocando os interesses da família acima de todos os outros.

Logo depois do *Jornal das Senhoras*, surgiram muitos outros. “Em 1862 apareceu o *Belo Sexo*, dirigido por Júlia de Albuquerque Sandy Aguiar, com um Conselho editorial amplo, que reunia uma vez por semana diversas mulheres, para discutir os temas a publicar”(Teles, 1999, p.34). No entanto, Teles (1999, p.34) afirma que

o jornalismo mais avançado foi sem dúvida aquele expresso pelo semanário *O Sexo feminino*, dirigido por Francisco Senhorinha da Motta Diniz. O seu primeiro número foi publicado na cidade de Campanha da Princesa, Minas Gerais, em 7 de setembro de 1873. Em vez de apelar aos homens, como fizeram suas antecessoras a fim de ganhar espaço e talvez convencê-los, Francisca dirigiu-se diretamente às mulheres, para que tomasse consciência de que a sua dependência econômica determina a sujeição feminina e uma educação melhor ajudaria as mulheres a elevar seu *status*. Com o objetivo de ganhar mais leitoras e adeptas, Francisca – destacada lutadora pelo direito ao voto e pela abolição da escravidão – transfere o jornal para o Rio de Janeiro.

Teles (1999) aponta que *O Sexo feminino* foi possivelmente o primeiro jornal com o objetivo de divulgar a “causa das mulheres”. Com a Proclamação da República, *O Sexo feminino* mudou de nome e passou a se chamar *Quinze de novembro do sexo Feminino*. Na década de 1870, também surgiram outros jornais feministas, por exemplo *O Domingo* e o *Jornal das Damas*, lançados no Rio de Janeiro. Em 1879, foi lançado *O Eco das damas*, que no ano seguinte fechou e só reabriu em 1885. Segundo Teles (1999, p.35), esses jornais abordavam desde a defesa da maternidade ou dos direitos e aptidões das mulheres até os conhecimentos práticos em áreas como saúde, cuidados domésticos, moda e teatro. Acolhiam também manifestações literárias - contos, poesias e ensaios.

Teles (1999) informa que, mais tarde, surgiram outros jornais, como *Primavera*, de 1880, e *Voz da Verdade*, de 1885, que tiveram vida bastante curta. Outros, como *O Direito das damas*, surgiram em 1882, e, em 1888, apareceu o jornal *A família*, em São Paulo, dirigido pela militante feminista Josefina Álvares Azevedo. No entanto, como explica Teles (1999), Josefina, ao contrário de suas antecessoras, não aceitava a chefia do homem na família.

Segundo Teles (1999, p.36), também circulou, no período de 1897 a 1900,

na cidade de São Paulo, a revista *A Mensageira*, dirigida pela poetisa Prisciliana Duarte de Almeida. A revista apresenta questões universais pioneiras no feminismo, com solidariedade internacional com as mulheres do mundo inteiro. Um de seus números apresenta a criação da “Sociedade de Produção Materna” (creche), em Paris como bom exemplo para o Brasil, onde “as mães que trabalham com os filhos no colo sofrem enormes suplícios”. Sua principal mensagem política foi enfatizar a importância do voto para a mulher.

Portanto, percebe-se que, nesse período, apesar das dificuldades de acesso possibilitadas às mulheres à área da educação, muitas delas romperam ainda várias barreiras e participaram de revistas e jornais da época. Mas, segundo Pinto (2003, p.33),

as mulheres que fundavam e garantiam por anos a publicação desses jornais eram excepcionais. Geralmente vinham de famílias com cultura muito acima da média do país e, não raro, tinham recebido educação sólida, até mesmo no exterior. Também se vivia em um momento em que as comunicações não tinham ao seu alcance a quantidade de meios que dispomos hoje, nem havia a concorrência entre eles. As coisas da vida mudavam mais lentamente, e isso garantia a permanência desse tipo de publicação por um bom tempo. Mas havia outras condições que trabalhavam na direção contrária: o mundo agrário e reacionário dos homens, a quase clausura das mulheres envolvidas com trabalhos caseiros no mundo privado, a alta religiosidade

das pessoas, principalmente as mulheres excepcionais tenham encontrado espaço para suas lutas em um ambiente tão adverso? Temos de ter em mente que essas manifestações ocupavam as franjas da sociedade. Ou seja, não se constituíam nos assuntos que pautavam as preocupações das elites políticas e cultura da época. Entretanto, de outra sorte, é necessário prestar muita atenção a esse tipo de manifestação, pois ele aponta para a existência de um incipiente movimento de construção de espaços públicos na sociedade brasileira e, no caso, por parte de pessoas que estavam completamente excluídas do campo da política e das atividades públicas.

Ao longo desse período, no trabalho e em casa, a mulher era submetida a duras jornadas de trabalho e cuidados com os filhos. Na época da Revolução Industrial, por exemplo, a situação social e econômica das famílias mais pobres levou as mulheres ao trabalho nas fábricas de tecidos, ganhando menos da metade do que o oferecido aos homens. As mulheres eram relegadas a um trabalho árduo de extensa carga horária, somado à jornada de mais outras tantas horas dentro de casa, cuidando dos filhos, marido e outras atividades do lar. Tudo isso fez com que a mulher, já naquele tempo, assumisse a jornada dupla. Por esses motivos e pela intensa exploração oriunda dos meios de produção (proprietários), em 1875 surgiu a primeira organização de mulheres na cidade de Nova York. Nos Estados Unidos, as mulheres paralisaram suas atividades, exigindo redução na jornada de trabalho. No entanto, o movimento terminou em tragédia. Após tentativa fracassada da polícia de expulsar as tecelãs, o proprietário da empresa ateou fogo ao prédio, em que morreram 129 operárias.

Em 1910, também foi realizada na Dinamarca a 2º Conferência Internacional de Mulheres Socialistas, que antecedeu a abertura do Congresso Internacional Socialista. Na ocasião, uma jornalista alemã, Clara Zetki, apresentou e conseguiu aprovar uma resolução propondo que as mulheres socialistas de todos os países dedicassem um dia especial à mulher, o dia 8 de março, em homenagem às operárias nova-iorquinas. Essa data foi, então, incorporada ao calendário oficial das Nações Unidas a partir de 1975. “As questões surgidas no 8 de Março passaram a ser levadas também em outras diferentes ocasiões. A luta da mulher por suas questões específicas ganhou caráter cotidiano” (Teles, 1999, p.100). A comemoração do 8 de Março serviu também como uma alerta à mídia para que começasse a discutir com mais frequência e atenção temas relacionados a mulher. Como explica Teles (1999, p.101), a luta das mulheres, no início do século XX, serviu para que a imprensa atual refletisse a violência contra a mulher.

Mesmo sob censura, apareciam denúncias na imprensa. A *Folha de S. Paulo* de 7 de julho de 1977 alertou sobre as péssimas condições de trabalho das castanheiras, que podiam levá-las à loucura. O *Brasil Mulher* de junho de 1977 mostrou a situação da professora no Estado do Paraná, que durante as suas férias trabalhava de bóia-fria para garantir a sobrevivência de sua família.

2.2 Jornais feministas como luta política

O feminismo dos anos 1970 se apoiou, principalmente, nas idéias da escritora francesa Simone de Beauvoir, expressas em seu livro *O Segundo Sexo*, editado pela primeira vez em 1949. Nesta obra, ela analisa o aspecto psicológico e os condicionantes das mulheres que as tornam submissas ao homem. Louro (1997) informa que, logo depois, houve a publicação de *A Mística Feminina* (1963), de Betty Friedan, que provocou grande polêmica no mundo inteiro.

Nos anos 1970, inaugura-se uma “segunda onda feminista”. Segundo Louro (1997, p.15), “será no desdobramento da assim denominada ‘segunda onda’ – aquela que se inicia no final da década de 1960 – que o feminismo, além das preocupações sociais e políticas, irá se voltar para as construções propriamente teóricas”. A partir daí, surgiram diferentes grupos e organizações não-governamentais. São brancas, negras, lésbicas, trabalhadoras urbanas e rurais, profissionais do sexo, empresárias, acadêmicas e educadoras populares que lutam e defendem as causas das mulheres.

A partir da década de 1970, surgiu, portanto, um novo discurso feminista que demonstrou preocupação com outros questionamentos e problemas que afetavam as mulheres. Segundo Heilborn (1996, p.90),

esse novo discurso, ainda que extremamente variado e cheio de matizes, possui um denominador comum: o questionamento da divisão tradicional dos papéis sociais entre homem e mulher, intimamente comprometido com o ideário individualista (Franchetto *et al.*, 1981). Ao negar o social como razão direta da natureza, as feministas recusam-se a constituir o “segundo sexo”. Afirmam-se como sexo sim, mas em sua singularidade irredutível. Assim na perspectiva feminista, a hierarquia sexual que secundariza a posição da mulher na sociedade não reconhece fronteiras de países nem de classes sociais. A identidade de gênero é, portanto, fundamental porque é articuladora de interesses específicos e, desse modo, é o motor para a ação política.

No momento em que a luta das mulheres foi tomando maior notoriedade em outras esferas sociais, percebeu-se que as esferas políticas e governamentais atenderam com mais preocupação as reivindicações das mulheres. Heilborn (1996, p.91) explica que

já em 1975 a Organização das Nações Unidas (ONU) declara o Ano Internacional da Mulher, reconhecendo o alcance das denúncias de discriminação contra a mulher. Nos chamados países de capitalismo avançado, berço do feminismo, o movimento recusa-se a endossar a iniciativa da ONU, entretanto o mesmo não acontece no dito Terceiro Mundo. No Brasil, a chancela oficial possibilitou a organização, no Rio de Janeiro, na Associação Brasileira de Imprensa, de um seminário sobre a posição da mulher na sociedade, o que veio a ser o marco inaugural do feminismo aqui.

Na década de 70, surgiram outros movimentos e outras lutas das mulheres. Estas almejavam ocupar seu espaço na sociedade, mas, para isso, precisaram reorganizar suas vidas para conseguirem trabalhar e cuidar dos filhos. Sobre isso, Heilborn (1996, p.92) diz que

a década de 70, por sua vez, traz à cena dois expressivos movimentos sociais com liderança feminina: o movimento contra a carestia e o movimento de luta pelas creches. O primeiro ocupou um espaço político antes particular aos sindicatos, que estavam então amordaçados pela intervenção federal. Ele é o responsável pela denúncia do propalado “milagre brasileiro”, que promoveu uma acentuada concentração da renda via o arrocho salarial. Esse movimento está na base da reorganização sindical e greves operárias dos anos 78 e 79, o que coincide com uma expressiva sindicalização de mulheres, apontando para uma maior consciência profissional e também feminista. O movimento de luta pelas creches torna visível o outro lado dessa questão: o aumento do trabalho extradomiciliar mal remunerado da mulher e a desigual repartição das responsabilidades peculiares à família, que sobrecarrega as mulheres não apenas na classe trabalhadora, mas em todos os segmentos sociais.

A partir desta década, vem à tona a discussão de diversos outros assuntos dentro dos movimentos feministas. Como explica Heilborn (1996, p.92-93),

nesse mesmo período e quadro proliferam no país várias formas de organização das mulheres de classe média que levantam temas até então ausentes dos debates políticos no Brasil. Eles falam sobre dupla jornada de trabalho, saúde, sexualidade, aborto, violência sexual e sobretudo conjugal. O grande esforço então é demonstrar que tal elenco de problemas não é particular aos segmentos mais favorecidos da população feminina, mas que a “opressão” fundada na assimetria de gênero atravessa a estrutura das classes. O instrumento político dessa demonstração foi ocupado pela denúncia da violência contra a mulher. É este item da vasta agenda feminista que retira o discurso sobre a desigualdade ilegítima entre os sexos do seu nicho militante. Para tal concorrem uma série de assassinatos ocorridos no início dos anos 80, perpretados por maridos ou ex-cônjuges contra suas companheiras. O caráter seqüencial dos crimes e o cenário de classe média são responsáveis pela

galvanização da opinião pública em torno da sustentada tese de “legítima defesa da honra”, fórmula jurídica toda original. A mídia se apropria de um slogan estampado pelos muros das grandes cidades – “quem ama não mata” – passando a adotar a expressão violência contra a mulher.

As mulheres também passam a manifestar a violência sofrida, que, segundo Heilborn (1996, p. 95), é uma das principais manifestações do machismo, em que os homens pretendem concretizar prestígio e poder em relação às mulheres.

O Brasil vê nascer uma preocupação toda nova com relação à denúncia do modo naturalizador com que os agentes da justiça lidam com os chamados crimes da honra, de legítima defesa da honra, um quadro jurídico que se enraíza na tradição da cultura brasileira, no que se convencionou chamar de machismo. Enquanto fenômeno cultural, o machismo integra-se em um complexo de traços de organização do parentesco e da moral comuns ao mundo mediterrâneo, fundamental para a formação da identidade da América Latina. O machismo refere-se à idéia de prestígio e extremado poder masculinos, cujo exercício está na centralidade da moral e do controle femininos. O lado exemplar manifesta-se através da desvalorização prática e simbólica da mulher, expressa na possibilidade do uso da violência. A contrapartida é um sistema em que a identidade masculina de fato apóia-se demasiadamente no desempenho do grupo de parentes mulheres, propiciando uma forte dependência.

Assim, numa luta até mesmo contra a identidade machista, Louro (1997, p.16) explica que o movimento feminista ressurgiu em um outro contexto, que possibilita outras formas de reivindicações.

É nesse contexto de efervescência social e política, de contestação e de transformação, que o movimento feminista contemporâneo ressurgiu, expressando-se não apenas através de grupos de conscientização, marchas e protestos públicos, mas também de livros, jornais e revistas.

Teles (1999) analisa o papel das feministas na contemporaneidade e explica como se deram suas atuações nos jornais feministas brasileiros. Em 9 de outubro de 1975, saiu o número zero do jornal *Brasil Mulher*, abrindo a imprensa para as questões da mulher. O *Brasil Mulher* se propunha principalmente a defender a anistia a todos os presos e perseguidos políticos. E, com isso, ele rapidamente se afirma frente às forças políticas de oposição ao regime militar. Exemplares desse jornal chegavam em vários estados. Em diversos deles, como Bahia, Rio de Janeiro, Paraíba e Maranhão, além de São Paulo, as mulheres se organizavam para lê-lo, distribuí-lo e enviar notícias para a própria edição.

Em junho de 1976, foi publicado o primeiro número do jornal *Nós mulheres*. “Esse jornal contribuiu de forma decisiva para o avanço das idéias feministas e para o combate à discriminação” (Teles, 1999, p.90).

Alguns anos depois, em 1981,

um grupo de mulheres feministas lançou, em São Paulo, um jornal bimestral tendo como jornalista responsável Adélia Borges. A sede do jornal ficava na fundação Carlos Chagas. O seu conselho editorial era composto de pesquisadoras, professoras e jornalistas engajadas com a problemática feminista. Era o *Mulherio* (Teles, 1999, p.93).

Teles (1999, p.93) explica que o *Mulherio* foi um jornal que buscava atender os anseios das mulheres na sociedade contemporânea.

O *Mulherio* foi uma iniciativa extremamente oportuna, já que era a única publicação nacional que podia responder a algumas indagações sobre as atualidades do feminismo na época. Pois a divisão do movimento de mulheres em São Paulo, que ocorreu naquele ano, deixou perplexas e indagativas feministas espalhadas por este Brasil afora e até mesmo algumas que se encontravam no exterior.

Segundo Teles (1999, p.94), o *Mulherio* foi precursor da exposição e discussão de várias idéias do movimento feminista no Brasil.

Tratava de temas cadentes do feminismo: a extensão da licença-maternidade para os pais (o jornal foi precursor dessa idéia no Brasil), a democracia doméstica, a situação da mulher negra e a existência de um movimento de mulheres negras.

Nota-se, portanto, que, a partir da década de 1970, surgiram outras formas de manifestação das feministas nos jornais que reivindicavam outras melhorias para as mulheres, diferentemente das apresentadas no final do século XIX e início XX. Isso se deve a um momento político diverso, em que outros temas precisaram ser mais discutidos pelas mulheres. Nessa época, por exemplo, foi instituída a Década da Mulher das Nações Unidas (1975-1985), em que foram plantadas as sementes que originariam a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (19 dez.1979). Neste momento, foi dado um importante passo histórico: o reconhecimento internacional de que há discriminação em relação as mulheres em todas as nações.

Soares (1999, p.125) afirma que,

segundo o modelo feminista, a violência que afeta a mulher, é necessariamente (...) uma violência de gênero, isso é, uma violência masculina que se exerce contra as mulheres pela necessidade dos homens de controlá-las e de exercer sobre elas seu poder. Trata-se de um padrão de comportamento aprendido e, de várias formas, endossado pela sociedade. Não é, de forma alguma, uma patologia individual, mas uma licença social.

Para garantir a implementação da Convenção pelos países que a ratificaram, foi criado, na Organização das Nações Unidas (ONU), o Comitê para a Eliminação da Discriminação Contra a Mulher – CEDAW. Este Comitê é composto por membros eleitos pelos países signatários da Convenção, escolhidos entre especialistas na luta pelos direitos da mulher, com mandato de quatro anos. Fazem parte deste Comitê 23 países, dentre eles o Brasil.

Segundo Viezzer e Kuchemann (2003, p.3),

o Brasil tornou-se um país mundialmente conhecido por iniciativas pioneiras e trabalhos importantes comprometidos com a eliminação da violência contra a mulher e a promoção da equidade de gênero, frutos da competência e da persistência de um movimento de mulheres plural, dinâmico atuante. Da década de 80 ao novo milênio, apesar dos limites e das dificuldades, figuram como conquistas: as delegacias da mulher, as casa de abrigo, os conselhos de direitos da mulher, os centros de referência, os núcleos de estudos e diversas associações, grupos e organizações não-governamentais que desenvolvem projetos e ações de prevenção, atendimento especializado a mulheres e agressores, formação de promotoras legais, influência em políticas públicas, pesquisa e assessoria ente muitos outros.

O feminismo dos anos 1980 e 1990, herdado no século XIX, trouxe como principal marca de inquietação e de desafio o de integrar, num mesmo movimento, as muitas mulheres, sujeitos plurais do feminismo, sem que fosse necessário apagar ou negar as diferenças existentes entre mulheres e homens, para construir a igualdade.

Nos anos 1990, ampliou-se o movimento social de mulheres e surgiram inúmeras organizações não-governamentais (ONGs). Na denúncia dessa injustiça, o feminismo se constituiu historicamente como movimento político, visando à crítica e à superação dos crimes cometidos contra as mulheres. Mas o feminismo, como movimento, quis também propor a aliança entre homens e mulheres, em busca de maior equidade.

A entrada das mulheres no mercado de trabalho não retirou delas a quase exclusiva responsabilidade pelo cuidado da casa e dos filhos. A maior escolaridade das mulheres não garantiu a igualdade salarial, a valorização profissional, o acesso a cargos de poder.

No plano internacional, as conferências da Organização das Nações Unidas (ONU), em especial a Conferência Mundial de Direitos Humanos (Viena, 1993) e a Conferência Mundial da Mulher (Pequim, 1995), constituíram-se em espaços importantes de afirmação de concepções e de denúncia da problemática da mulher, assim como de proposição e de conquista de instrumentos que garantissem avanços mais significativos em todo o mundo. Em dezembro de 1993, a ONU emitiu a Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as mulheres.

No plano regional, uma grande conquista na América Latina e no Caribe foi a adoção da Organização dos Estados Americanos (OEA) da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará, 1994), ratificada pelo Brasil em 1995. A Convenção estabeleceu que o direito de toda mulher de viver livre de violência abrange o direito de ser livre de toda forma de discriminação.

Uma forte tensão entre os valores tradicionais e o direito das mulheres a uma vida sem violência ainda persiste. Apesar dos avanços decorrentes das inovações legais e políticas, milhões de mulheres brasileiras continuam sofrendo a violência física, sexual, psicológica e econômica, em especial, nas relações com seus parceiros.

Muitos meios de comunicação se transformam em veículos reforçadores da transmissão da ideologia patriarcal da sociedade e no principal defensor de uma determinada imagem da mulher. Diante disso, a abordagem dada às mulheres pela mídia passa a ser uma preocupação constante para muitas feministas, grupos de mulheres e movimentos autônomos, que batalham pela transformação da condição de vida da mulher na sociedade em que vivemos. Esta preocupação se traduz em iniciativas, não somente de estudos ou de denúncias dos conteúdos sexistas dos meios de comunicação de massa tradicionais, mas, também, para criar meios alternativos que buscam, por meio de novos conteúdos e de estilos de trabalho, resgatar a imagem real da mulher.

2.3 Considerações finais

O que se pretendeu discutir ao longo deste capítulo foi o processo social, político e histórico da participação das mulheres nos jornais feministas. Os primeiros jornais feministas surgiram no Brasil, no século XIX, e tiveram o grande papel de estimular e disseminar as

novas idéias a respeito das potencialidades femininas. No século XX, a partir da década de 1970, os jornais feministas ressurgiram com outra “roupagem”, se propondo a defender as questões da mulher, como o problema da violência que esta sofria. Logo, afirmam-se em relação às forças políticas e adquirem ímpeto para alcançar diversas garantias importantes para as mulheres.

A partir da década de 1970, novos conceitos e discussões surgiram no ambiente feminista, como é o caso da discussão sobre violência contra a mulher, que se tornou um fato mais explícito na sociedade. O discurso da violência está, portanto, extremamente atrelado aos discursos feministas na atualidade, já que a questão da violência contra a mulher tornou-se um ponto fundamental das lutas feministas. Mas, para que se compreenda como este discurso é construído, é preciso defini-lo a partir de suas origens conceituais, que estão diretamente relacionadas às questões de gênero e ao discurso do poder.

III MULHER, PODER E VIOLÊNCIA DE GÊNERO

A partir do momento que a questão da violência contra a mulher ganha mais notoriedade na sociedade, algumas formas de violência perdem a invisibilidade que tinha em seu caráter privado e alcançam um caráter público. Outras passam a ser denunciadas e reprimidas com mais frequência. Partindo-se de um estudo teórico e conceitual sobre violência, poder e gênero, pretende-se compreender a origem dos discursos feministas, o interesse que eles manifestam e o que têm a dizer à sociedade. A questão fundamental é saber o que propõem esses conceitos e como afetam as relações entre homens e mulheres.

Para que esses conceitos se tornem mais claros, é preciso primeiramente compreender o discurso de gênero e a construção do movimento feminista, bem como seus papéis na mídia. Para isto, propõe-se, neste capítulo, a atualização do estudo das relações de gênero como um passo fundamental para que se possa chegar a um entendimento específico da construção dos discursos que dizem respeito à violência contra a mulher nos jornais impressos de Goiânia.

3.1 O conceito de gênero nos movimentos feministas

As relações de poder historicamente desiguais entre homens e mulheres têm na violência de gênero uma das suas manifestações mais perversas. O componente cultural é fortemente marcado por desiguais elementos econômicos, jurídicos, sociais, étnicos e políticos. E, portanto, as diferenças entre homens e mulheres não são resultantes apenas do fator biológico.

Segundo Almeida (2004, p.14), “a diferença biológica é apenas o ponto de partida para a construção social do que vem a ser homem ou mulher. Sexo é atributo biológico; enquanto gênero é uma construção social e histórica”.

Sexo (o latim *sexus*) refere-se à condição orgânica (anatômica e fisiológica), que distingue o macho da fêmea. A categoria de gênero (do latim *genus*) refere-se ao código de conduta que rege a organização social entre homens e mulheres. Em outras palavras, o gênero é o modo como as culturas interpretam e organizam a diferença sexual entre homens e mulheres. Sua principal característica está na mutabilidade, isto é, na possibilidade de mudança na relação entre ambos (Almeida, 2004, p.14).

Entender o conceito de gênero é fundamental, portanto, para que se compreenda o discurso da violência contra a mulher, já que muitas vezes dá-se ao gênero um atributo biológico, o que gera outras formas de conflitos entre homens e mulheres. Segundo Louro (1997, p.21),

são as feministas anglo-saxãs que distinguem *gender* de *sex*. Visando a rejeitar um determinismo biológico implícito no uso de termos como sexo ou diferença sexual e desejavam acentuar através da linguagem, o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo.

O estudo de gênero tem servido para compreender o homem e a mulher na sociedade e suas relações entre si. Como explica Louro (1997, p.45),

a princípio, as distinções biológicas, a diferença entre gêneros, serviu para explicar e justificar as mais variadas distinções entre mulheres e homens. Teorias foram construídas e utilizadas para “provar” distinções físicas, psíquicas, comportamentais; para indicar diferentes habilidades sociais, as possibilidades e os destinos “próprios” de cada gênero. O movimento feminista vai então, se ocupar centralmente dessa diferença – e de suas conseqüências.

Gênero, portanto, não se refere só à mulher. Trata-se das relações entre homens e mulheres na sociedade: relações construídas ao longo da história, que mudam continuamente e que se manifestam de formas diferentes, dependendo de cada lugar e de cada época. Segundo Grossi (2000, p.30),

os estudos de gênero são uma das conseqüências das lutas libertárias dos anos 1960, mais particularmente dos movimentos sociais de 1968: as revoltas estudantis de maio em Paris, a primavera de Praga na Tcheco-Eslováquia, os *black panthers*, o movimento hippie e as lutas contra a guerra do Vietnã nos EUA, a luta contra a ditadura militar no Brasil. Todos estes movimentos lutavam por uma vida melhor, mais justa e igualitária e é justamente no bojo destes movimentos “libertários” que vamos identificar um momento chave para surgimento da problemática de gênero, quando as mulheres que neles participavam perceberam que, apesar de militarem em pé de igualdade com os homens, tinham nestes movimentos um papel secundário. Raramente elas eram chamadas a assumirem a liderança política: quando se tratava de falar em público ou de ser escolhida como representante do grupo, elas sempre eram esquecidas e cabia-lhe, em geral, o papel de secretárias e adjuntas de tarefas consideradas menos nobres, como fazer faixas ou panfletar.

Grossi (2000) indica que o conceito de gênero surgiu em torno da problemática da condição feminina; as mulheres queriam conquistar determinados espaços, mas procuravam se reunir sem os homens.

Inicialmente se pensava haver um problema da mulher que deveria ser pensado unicamente pelas mulheres, reflexo de uma das práticas do movimento feminista, a da não mixidade.(...) se pensava que era necessário as mulheres se reunirem sem os homens, pois “havia sido silenciadas ao longo da história” e ausência de homens era uma forma de garantir a palavra das mulheres (Grossi, 2000, p.31).

Louro (1997) informa que o conceito de gênero está diretamente ligado à história do movimento feminista contemporâneo e está implicado lingüística e politicamente às suas lutas. Nunes (2003, p.117) compreende que,

nesse conjunto de construção teórica, o conceito gênero ocupa uma posição de centralidade. Gênero é uma categoria relacional, pois é no âmbito das relações sociais que ela se constrói. Com ela desnatura-se a submissão e dominação presentes nas relações entre homens e mulheres.

As diferenças entre sexo, assim estabelecidas, têm servido para legitimar as relações desiguais entre homens e mulheres. A luta da mulher é uma busca pela construção de novos valores sociais, morais e culturais. Na história da humanidade, as índias lutaram contra a violência dos colonizadores, as negras se rebelaram contra séculos de escravidão e as brancas romperam as limitações que lhes confirmavam no mundo privado, para conquistar direitos de cidadania e ter voz no mundo público.

3.2 Relações de poder e violência contra a mulher

Diariamente, os meios de comunicação denunciam os fatos violentos da vida diária. A publicidade da violência contra a mulher nos meios de comunicação constitui uma face importante e contraditória dessa visibilidade. Ao mesmo tempo em que se percebe que a discussão sobre violência é feita na mídia, nota-se um certo descaso com o tratamento dessas notícias. A questão da violência contra a mulher começa a se esboçar como problema social no Brasil no final dos anos 1970, articulada com o ressurgimento do feminismo.

Lasch (1999, p.113) diz que,

nos meios de comunicação, a história das mulheres pode ser dividida em duas épocas, separadas pela revolução sexual da década de 1960. Somente nos anos 60, segundo a visão deformada dos meios de comunicação, as mulheres iniciaram a dolorosa saída da Idade Média sexual. Elas passaram a fazer parte da mão-de-obra, passaram a controlar seu corpo e desafiaram a supremacia masculina em todas as suas formas - política, econômica e ideológica.

A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, de Belém do Pará, adotada pela Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1994, define violência contra a mulher como sendo “qualquer ato ou conduta baseada no gênero que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública quanto na esfera privada” (Instrumentos Internacionais, 2003, p.55).

A Convenção afirma também que “a violência contra a mulher constitui violação dos direitos humanos e das liberdades fundamentais e limita total ou parcialmente a observância, gozo e exercício de tais direitos e liberdades” (Instrumentos Internacionais, 2003, p.54).

Para Heilborn (1996, p.90),

designa-se corretamente como violência contra a mulher, tanto na bibliografia especializada quanto no senso comum, tipos de agressões físicas que podem ser tipificadas por um boletim do Instituto Médico Legal, basicamente em três modalidades: assassinato, lesões corporais, fruto de espancamento, e estupro. Embora, do ponto de vista da codificação penal, os delitos nos quais a mulher é a vítima em razão de seu sexo sejam em maior número, o senso comum elencou estes três como os mais representativos.

Azevedo (1985, p.19) explica como se constituem as mais diversas formas de violência contra a mulher. Segundo ele,

a violência pode ser perpetrada como um fim em si (violência expressiva) ou como mecanismo para forçar a mulher a submeter-se às imposições do homem (violência instrumental). A violência expressiva geralmente constitui o que denominamos abuso sexual. A violência instrumental costuma abranger o que conhecemos como abuso físico – ou espancamento de mulheres - e abuso psicológico – ou “perversa doçura”, embora estes também possam ser exercidos como um fim em si. A especificidade da violência contra a mulher pode ser melhor apreendida analisando-se alguns dos atos em que se traduzem essas três modalidades de abuso (Byerly, 1928), quando exercida como violência doméstica ou familiar, isto é, do homem para com sua esposa ou companheira.

Pinto (2003, p.80) explica que a questão da violência contra a mulher sempre foi um tema bastante delicado e visto como um tabu para a maioria das mulheres:

a questão da violência contra a mulher foi sempre tratada no Brasil como um tema tabu, restrito à esfera privada. A posição do homem como portador do direito de vida ou morte sobre aqueles sob o seu teto tem raízes na casa-grande escravocrata. A mulher naquela situação era freqüentemente objeto de estupro. Ou era a mulher branca, que se submetia ao homem por ser este seu dever de esposa para reproduzir a prole, ou era a mulher negra, objeto de desejo do homem branco que se permitia com ela prazeres não permitidos na casa-grande. A não submissão dessas mulheres ao poder do homem justificava a violência. Somava-se a esse poder de mando a moral católica e sexista que reinava no país e que constituía as mulheres como sujeitos submissos e castos desde a mais tenra idade, estabelecendo esse como o único padrão aceitável de feminilidade.

Pinto (2003) informa que, a partir de 1985, a questão da violência contra a mulher toma outros rumos com a criação da primeira delegacia especializada. No entanto, as delegacias especializadas não resolveram totalmente a questão da violência contra a mulher. Mesmo assim, para a mulher, houve um avanço fundamental no campo da violência, já que a mulher se tornou reconhecida enquanto vítima e, a partir de então, passou a ter direito ao tratamento dado pelos demais órgãos públicos às demais vítimas.

Além disso, um dos temas centrais do movimento feminista a partir da década de 1980 foi o da saúde da mulher, que estava diretamente relacionado à violência em determinados casos. Além dos temas tradicionais, como os cuidados com a maternidade e com a prevenção do câncer, a questão da saúde da mulher pressupunha três outros temas, que envolviam controvérsias e preconceitos: planejamento familiar, sexualidade e aborto.

Para entender como se dá a constituição desse processo de violência, é preciso compreender que poder e violência são aspectos concretos na vida das mulheres. Bergesch (2002, p.130) explica que

o corpo das mulheres é cada vez mais explorado como objeto sexual para vender carros, bebidas, turismo, etc. O preconceito cultural também se revela na violência contra a mulher. Mesmo com todas as conquistas (...), a violência contra a mulher a nível psicológico, econômico, físico e sexual ocorre sem discriminação de classe social e grau de instrução. Por outro lado, neste campo, tem sido construída uma rede de apoio cada vez maior a mulheres em situação de risco, através de delegacias das mulheres, casas de abrigo e assistência jurídica.

Como explica Bergesch (2002), para manter e reforçar os modelos tradicionais, a violência também se mantém presente em muitos relacionamentos. E, ao se sentirem ameaçados, muitos homens realizam a agressão física.

Bergesch (2002, p.132) explica que, a partir do último século, a mulher tem percebido que não basta ser uma profissional competente, pois os modelos que deve seguir são eminentemente masculinos e a forma como tais modelos são construídos envolvem uma questão de poder e saber.

Arendt (1985, p.20) explica que

somos imediatamente lembrados do que disse Sartre sobre a violência ao lermos em Jouvenel que “um homem sente-se mais homem quando se impõe e faz dos demais instrumentos de sua vontade”, o que proporciona “incompatível prazer”. O poder, disse Voltaire, “consiste em fazer com que outros ajam como eu quero”, está presente onde quer que eu tenha a chance “de impor a minha própria vontade contra a resistência” dos outros, observou Max Weber, lembrando-nos da definição de Clausewitz da guerra como “um ato de violência que se destina a compelir o adversário a fazer o que queremos”. Essa palavra explica-nos Strausz-Hupe, significa “o poder do homem sobre o homem”. Voltando a Jouvenel: “Dar ordens e ser obedecido: sem isso, não existe Poder – na sua presença nenhum outro atributo necessário para que exista. Aquilo sem o qual não pode existir: a sua essência é o domínio”.

Arendt (1985, p.25) diz que a violência distingue-se por seu caráter instrumental:

do ponto de vista fenomenológico, está ela próxima do vigor (trata-se de uma qualidade inerente a um objeto ou pessoa e que pertence ao seu caráter, a qual pode manifestar-se em relação a outras coisas ou pessoas, mas que é essencialmente independente deles) uma vez que os instrumentos da violência, como todos os demais são concebidos e usados para o propósito da multiplicação do vigor natural até que, no último estágio do desenvolvimento, possam substituí-lo.

Retomando a discussão feita sobre poder, iniciada por Bergesch (2002 p.133), explica-se que a construção histórica da imagem das mulheres sempre destacou o papel de submissão delas: “essa construção fornece, aos homens, uma posição de liderança e de poder, enquanto veda, para as mulheres, o acesso a essa mesma posição”. Portanto, ao falar sobre poder, as mulheres dizem sobre uma construção discursiva.

Fazendo uma análise de poder a partir da óptica de Foucault, Bergesch (2002, p.134) diz que

Foucault entende o poder como uma relação dinâmica de estratégias sempre presentes. Sua presença provém de todos os lugares, ao contrário do que entendia anteriormente: uma unidade invisível. Os lugares são a multiplicidade de correlações de força, do jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes, transformam, reforçam e invertem; correspondem aos apoios que surgem a partir da correlação de forças.

Foucault fala tanto de macro como micropoder e Bergesch (2002, p.135) explica que

a partir das relações transversais do micropoder é possível entender que a natureza do poder não é apenas uma relação entre companheiros, indivíduos ou grupo, mas é uma forma onde certas ações modificam outras ações. São ações modificando ações, consequentemente, pessoas. A violência, nestas lutas transversais do micropoder, de acordo com o filósofo, é compreendida como um meio de exercer poder não apenas sobre ações, mas sim sobre o corpo de outra pessoa.

Assim, surgem inúmeras formas de violência contra a mulher. E, segundo Bergesch (2002), aplicando o método de Foucault, muitas vezes, na disputa por poder, a violência se faz presente como um meio para atingir um fim, ou seja, o homem manifesta ações de violência em relação a mulher quando pretende alcançar um fim específico.

Soares (1999) explica que a violência exercida contra as mulheres é uma necessidade dos homens de controlá-las e exercer sobre elas seu poder. Ela utiliza Bart e Moran (1993) para esclarecerem o tema:

o fato de alguns homens estuprarem, espancarem, cometerem incesto, admoestarem sexualmente ou fazer ligações obscenas e outros até matarem não é surpreendente em uma sociedade na qual a dominação e a submissão são erotizadas. O que é surpreendente é que alguns não o façam (Bart e Moran, 1993, p.1 *apud* Soares, 1999, p.125).

Para algumas feministas, toda mulher é vítima potencial da violência masculina. O fato de ser mulher já as torna vítimas da violência:

o único fator comum entre as mulheres agredidas é o fato de serem mulheres [...]. Embora algumas pesquisas indiquem maior prevalência da violência doméstica entre operários e famílias de baixa renda, supõe-se que as famílias com mais recursos estejam sub-representadas (Soares, 1999, p.128).

Soares (1999) afirma que

[...] os mais ricos dispõem de alternativas variadas e não utilizam, com mesma frequência, os serviços disponíveis-como abrigos, linhas diretas, emergências públicas, etc., e as “minorias” estão sobre-representadas nas estatísticas da polícia, em função do próprio bias da prática policial (Barnett e Laviolette, 1993, *apud* Soares, 1999, p.128). As mulheres das classes média e alta não querem tornar público o seu problema. Elas temem o constrangimento social e os riscos que a publicidade traria para as carreiras de seus maridos, além de acreditarem que a respeitabilidade dos parceiros na comunidade implicará o descrédito de suas denúncias (Walker, 1979 *apud* Soares, 1999, p.128).

A partir dessa análise, Soares (1999, p.176) chega à conclusão de que “mulher e vítima são [...] muitas vezes sinônimos. Ela não tem identidade, não tem história e parece impermeável às próprias conquistas do movimento feminista”.

Portanto, a violência contra a mulher tem origem nas relações desiguais de poder entre homem e mulher. As dominações de gênero e de classe social, sob o ponto de vista histórico-cultural, contribuem imensamente para a manifestação deste crime. O movimento feminista tem participado de uma grande luta na tentativa de reverter essa história de submissão das mulheres em relação aos homens.

A partir dos anos 1970, a questão da violência contra a mulher começa a ganhar mais espaço nas manchetes, revistas, jornais, enfim, nos veículos de comunicação em geral. No entanto, alguns, por muito tempo, estereotiparam a imagem da mulher que perdura até hoje na imprensa. Muitas vezes, esses estereótipos também são construídos pela linguagem escrita, que, quando não torna espetacular a violência, caracteriza-a de forma banal.

3.3 Considerações finais

Rejeitando o determinismo biológico, as feministas desenvolveram estudos que diferenciam o sexo como um atributo biológico de gênero, que é uma construção histórica. A questão da violência contra a mulher também passou a ser definida em Convenções Internacionais, permitindo à mulher, à sociedade civil e aos governos maior visibilidade sobre o problema.

Um conceito importante foi apresentado na Convenção de Belém do Pará, que define esse tipo de violência cometido contra as mulheres como qualquer ato ou conduta baseada no gênero que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher,

tanto na esfera pública quanto privada. Esse tipo de violência é compreendido por alguns autores como uma forma de manifestação de poder dos homens em relação às mulheres.

A partir da apresentação destes conceitos, torna-se possível realizar uma análise de discurso do jornalismo e do feminismo. Mas, antes, é preciso desenvolver um processo de investigação em que estejam claros os métodos mais apropriados para realizar a análise.

IV PROCESSOS DE INVESTIGAÇÃO

O referencial teórico da pesquisa está fundamentado em autores e pesquisadores da Análise do Discurso, privilegiando a Análise Crítica do Discurso (ACD) com o objetivo de compreender a construção dos sentidos nos textos feministas e jornalísticos. Num recorte metodológico será analisada a superfície textual, isto é, a materialidade lingüística do texto. No espaço discursivo dos discursos feministas, procura-se verificar as marcas (pistas) presentes na superfície lingüística que atestam as formas de representação do discurso.

A questão fundamental se dá em compreender o melhor caminho e construir um processo de investigação capaz de proceder uma análise de discurso eficaz às necessidades da pesquisa que é de verificar a articulação que existe entre feministas e jornalistas nas notícias de violência contra a mulher.

4.1 Procedimentos das etapas

Acompanhou-se diariamente as notícias veiculadas nos jornais, *Diário da Manhã* e *O Popular* durante dois meses: julho e agosto. A partir daí, verificou-se que esse tipo de notícia estava presente nos dois jornais em três cadernos específicos: Cidades, Economia e Mundo e, no *Diário da Manhã*, por ter uma página diferenciada, também observou-se a presença deste tipo de notícia em um caderno específico de notícias chamadas de notícias de *Última Hora*.

Após fazer a leitura dos jornais, foram selecionadas as matérias referentes à violência contra a mulher. As categorias utilizadas para selecioná-las foram: atender os critérios de relevância social ou ter um confronto social relevante em relação a outros âmbitos da sociedade como político, moral ou ideológico. No jornal *O Popular*, verificou-se nos dois meses de pesquisa a presença de 18 matérias referentes a violência contra a mulher. Entre estas, 12 referiam-se a violência contra crianças e adolescentes e as outras seis à violência contra mulheres acima de 18 anos, incluindo idosas. Delimitando o campo de estudo, definiu-se para análise somente as notícias que faziam referência a mulheres acima de 18 anos, excluindo da pesquisa todas aquelas matérias que se referiam a crianças e adolescentes, já que o enfoque da pesquisa é violência contra mulheres. Entre os seis textos jornalísticos, verificou-

se quais atendiam os critérios metodológicos antecipadamente definidos. Três matérias (Anexos 7, 12, 14) atenderam aos critérios.

Para selecionar os textos veiculados no jornal *Diário da Manhã*, foram utilizados os mesmos critérios. Neste Jornal, verificou-se a presença de 18 matérias referentes ao tema pesquisado. Entre estas, sete referiam-se a crianças e adolescentes e as outras onze, à violência contra a mulher. Entre estas, três (Anexos 3, 5, 11) atenderam aos critérios previamente definidos. As matérias selecionadas nos jornais são todas do mês de agosto deste ano.

Para realizar o estudo destas notícias, portanto, foram selecionadas como material de pesquisa, denominado de primeiro *corpus* básico (termo que utiliza Dias (1996, p.19) para separar seus materiais de pesquisa), três textos (Anexos 3,5,7,11,12,14) em cada um dos jornais.

Após fazer a seleção desse corpus básico, coletou-se um outro material de pesquisa o segundo *corpus* básico. Nesta segunda etapa foram recolhidos materiais panfletários, folhetos, cartilhas, fotocópias e jornais distribuídos em movimentos feministas. Selecionou-se documentos recolhidos em dois grupos específicos: Centro Popular da Mulher e Superintendência da Mulher, ambos localizados em Goiânia. Nestes dois locais foi recolhida uma média de 70 textos. Após a leitura do material foi feita a seleção dos textos para análise. A seleção verificou os seguintes critérios: textos relacionados aos temas discutidos nos jornais; profundidade dos temas; atualidade da discussão. Atendendo a estes critérios foram selecionados dez textos (Anexos 1, 2, 4, 6, 8, 9,10,13, 15, 16) para realizar a análise.

Após esta etapa, o presente estudo realizou a análise de discurso do material. Como explica Pinto (2002, p.12), “a análise de discurso procura descrever, explicar e avaliar criticamente os processos dos sentidos vinculados àqueles produtos na sociedade”. Pinto (2002, p.12) esclarece também que

a análise de um texto jornalístico impresso, por exemplo, tomará como ponto de partida o texto publicado, associando-o, a partir de certas pistas materiais que podem ser encontradas em sua superfície mesma, isto, é na mistura de linguagem verbal, imagens e padrões gráficos que o constitui, às práticas socioculturais no interior das quais surgiu e que costumam ser chamadas de contexto.

Esta pesquisa priorizou a Análise Crítica do Discurso, ACD, como explica Magalhães (2001, p.15):

para além do contexto, a definição de Fairclough focaliza a dimensão da prática social a partir de uma visão da linguagem investida de poder e ideologias, capaz de constituir as dimensões sociais do conhecimento, das relações e da identidade social. É essa visão de discurso, estreitamente ligada ao situacional, institucional e societal que interessa à ACD [...].

Ao dar o enfoque na Análise Crítica de Discurso (ACD) de Fairclough, a pesquisa fará um estudo por meio de dados, análise para determinar os resultados. No entanto, uma ACD completa preocuparia com uma análise das práticas discursivas, análise dos textos e da prática social da qual o discurso é uma parte. No entanto, foi feito um recorte por medidas práticas e temporais da pesquisa e optou-se pela análise das práticas discursivas com enfoque na intertextualidade (manifesta e constitutiva). Explicando a intertextualidade, Magalhães (2001, p. 19) diz que

o conceito de intertextualidade, apropriado de Bakhtin por Kristeva, é central para a teoria social do discurso, sendo associado ao de hegemonia de modo produtivo. Para Fairclough, a historicidade inerente dos textos (ver KRISTEVA, 1986) torna-os capazes de exercer os papéis importantes de liderança da mudança sociocultural na sociedade.

Magalhães explica a diferença entre duas categorias discursivas importantes utilizadas por Fairclough (2001), uma delas é a intertextualidade manifesta e a outra a intertextualidade constitutiva, também chamada de interdiscursividade, categoria esta que foi amplamente utilizada na pesquisa.

Farei uma distinção entre ‘intertextualidade manifesta’, em que, no texto, se recorre explicitamente a outros textos específicos, e ‘interdiscursividade’ ou ‘intertextualidade constitutiva’. A interdiscursividade estende a intertextualidade em direção ao princípio da primazia da ordem de discurso (...) Por um lado, temos a constituição heterogênea de textos por meio de outros textos específicos (intertextualidade manifesta); por outro lado, a constituição heterogênea de textos por meio de elementos (tipos de convenção) das ordens de discurso (interdiscursividade) (Fairclough, 2001, p.114).

A intertextualidade manifesta, também é conhecida como heterogeneidade manifesta, um conceito importante que também será utilizado na pesquisa e tem a ver com a presença manifesta, na superfície do texto, de outros textos. Além disso, a intertextualidade constitutiva é também conhecida como heterogeneidade constitutiva e tem a ver com a

constituição de um tipo de discurso através da combinação de elementos das ordens dos discursos e refere-se a configuração de convenções discursivas na produção do texto. Essas convenções discursivas compreendem as articulações particulares de tipos de discursos. Ou seja, constrói-se uma rede de palavras que ligando entre si por meio de um sentido específico formam determinado discurso.

Portanto, esta análise preocupou-se em verificar as convenções discursivas presentes nos discursos jornalísticos e feministas e verificar de que forma se articulam entre si. Para realizar a análise de discurso do material selecionado na pesquisa, tanto dos textos jornalísticos quanto dos textos recolhidos nos movimentos feministas, utilizou-se com categoria de análise a interdiscursividade.

Segundo Fairclough (2001, p.160),

o princípio da interdiscursividade (ou intertextualidade constitutiva), sugerindo que as ordens de discurso têm primazia sobre os tipos particulares de discurso e que os últimos são constituídos como configurações de elementos diversos de ordens de discurso(...) o princípio da interdiscursividade se aplica a vários níveis: a ordem de discurso societária, a ordem de discurso institucional, o tipo de discurso, e mesmo os elementos que constituem os tipos de discursos.

Fairclough (2001, p.160) explica que um dos elementos utilizados para analisar a interdiscursividade é a análise de vocabulário.

É possível classificar os elementos que compõem as ordens de discurso, e que são abertos à articulação nos tipos de discurso, em termos de um pequeno número de tipos principais, cujas propriedades são vocabulários particulares, sistemas de tomada de turno, e assim por diante. Termos amplamente usados para esses tipos incluem 'gênero', 'estilo', 'registro' e 'discurso'.

Para esta análise, seguindo os critérios definidos por Fairclough (2001), a pesquisa preocupou-se em mapear os vocabulários particulares referentes aos mais diversos discursos encontrados.

Há uma boa razão para usar 'discurso' em vez desses termos tradicionais: um discurso é um modo particular de construir um assunto, e o conceito difere de seus predecessores por enfatizar que esses conteúdos ou assuntos-áreas de conhecimento-somente entram nos textos na forma mediada de construções particulares dos mesmos. É útil, nesse sentido, escolher termos para discursos particulares que designam não

só a área relevante de conhecimento, mas também o modo particular como ela é constituída (Fairclough, 2001, p.164).

O vocabulário é utilizado na pesquisa em um sentido específico, procurando identificar os discursos presentes. Como explica Fairclough (2001, p.105),

o ‘vocabulário’ pode ser investigado de muitas maneiras [...]. Um ponto que precisa ser esclarecido é que tem valor limitado conceber uma língua com um vocabulário que é documentado ‘no’ dicionário, porque há muitos vocabulários sobrepostos e em competição correspondendo aos diferentes domínios, instituições, práticas, valores e perspectivas. Os termos *wording*, ‘lexicalização’ e ‘significação’(...) captam isso melhor do que ‘vocabulário’, porque implicam processos de lexicalização (significação) do mundo que ocorrem diferentemente em tempos e épocas diferentes e para grupos de pessoas diferentes.

Por isso é importante que fique claro que se pretende utilizar um significado em potencial a determinadas palavras identificando não o sentido que estas apresentam no dicionário, mas o efeito que produz no texto a partir de convenções discursivas.

Outra distinção importante em relação ao significado é entre o significado potencial de um texto e sua interpretação. Os textos são feitos de formas às quais a prática discursiva passada, condensada em convenções, dota de significado potencial. O significado potencial de uma forma é geralmente heterogêneo, um complexo de significados diversos, sobrepostos e algumas vezes contraditórios (ver Fairclough, 1990), de forma que os textos são em geral altamente ambivalentes e abertos a múltiplas interpretações” (Fairclough, 2001, p.103).

Pretende-se verificar, portanto, como se dá a construção de sentido, por intermédio da análise de textos em que serão observadas as escolhas lexicais que apontam a subjetividade do jornalismo e do feminismo e que materializam uma ideologia a cada um dos discursos. Neste sentido como explica Fairclough (2001), o discurso é a linguagem utilizada como representação da prática social e que por isso traz pontos de vista particulares.

Somente a partir da compreensão destes conceitos fundamentais à pesquisa tornou-se possível a realização da mesma. Realizou-se primeiramente a análise de discurso dos textos distribuídos nos movimentos feministas, e posteriormente a análise de discurso dos jornais. Para realizar a análise de discurso dos textos selecionados dos movimentos feministas foi feita uma análise no vocabulário dos textos analisados.

Definiu-se como critério de análise dos textos verificar o discurso institucional. Como explica Fairclough (2001, p.91). Sobre este discurso,

(...) o discurso é moldado e restringido pela estrutura social: a última é tanto uma condição como um efeito da primeira. Por outro lado, o discurso é moldado e restringido pela estrutura social no sentido mais amplo e em todos os níveis: pela classe e por outras relações sociais em um nível societário, pelas relações específicas em instituições particulares, como o direito ou a educação, por sistemas de classificação, por várias normas e convenções, tanto de natureza discursiva como não-discursiva, e assim por diante. Os eventos discursivos específicos variam em sua determinação estrutural segundo o domínio social particular ou o quadro institucional em que são gerados. Por outro lado, o discurso é socialmente constitutivo. Aqui está a importância da discussão de Foucault sobre a formação discursiva de objetos, sujeitos e conceitos. O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes.

A partir desta idéia de discurso institucional fez-se um mapeamento das palavras presentes nos textos selecionados (Anexos 1, 2, 4, 6, 8, 9, 10, 13, 15, 16) dos Movimentos Feministas. Verificou-se uma série de discursos tais como: econômico, político, militar, jurídico, médico. A partir de então, criou-se uma lista contendo as principais palavras que remetiam aos discursos citados. A lista foi constituída com palavras presentes nos textos (tanto nos textos feministas quanto jornalísticos). Aquelas palavras que se referiam ao corpo humano foram enquadradas no discurso médico. Já aquelas palavras que dizem respeito à lei ou normas foram enquadradas no discurso jurídico. As palavras que dizem respeito a poder ou violência se enquadram no discurso militar. Aquelas que dizem respeito a dinheiro ou renda constituem o discurso econômico e aquelas que dizem respeito a governabilidade se enquadram no discurso político.

Após determinar estes critérios estabeleceu-se um método de identificação destes discursos nos textos. Para isso foram estabelecidas algumas cores que possibilitassem um discernimento maior de cada discurso presente no texto. Para o discurso jurídico definiu-se a cor azul, para o discurso militar a cor vermelha, discurso político cor marrom, médico cor laranja e econômico a cor verde.

É importante que se tenha sempre em mente estas cores* porque todos os textos analisados, jornalísticos e feministas, tiveram os discursos identificados tendo em vista estas determinações. Em seguida os agrupamentos discursivos:

Discurso jurídico: adoção, advogado, acusações, aliciamento, ameaça, apurar, arquivamento, artigo, assistência jurídica, atentado violento ao pudor, auditório, autoridades morais, capítulo, clandestino, cidadania, cível, coação, Código Penal Brasileiro, condenado, consentimento, constitucionais, contravenções, crime, crime contra a pessoa, crime contra os costumes, crime de menor potencial ofensivo, criminalizada, criminosas, cumprir, defesa da honra, denúncia, deportadas, direito, direito de decidir, direitos da mulher, direitos humanos, direito social, documentos, doutrina jurídica, Estado, estupro, expedidos, falsificação, federação, foragido, flagrante, fraude, fronteiras, igualdade, ilegal, ilegalidade, imigração, investigação, Juizados Especiais Cíveis, Juizados Especiais Criminais, julgamentos, jurídico, Justiça, legal, legalizado, legislação, legítima, lesão corporal, lei, lei integral, liberdade, migrante, Ministério da Justiça, Ministério Público Estadual, migração, ONU, organizações, parágrafo, pena, penal, Poder Judiciário, processo, projeto, projeto de lei, punição, ratificação, reclusão, registro legal, relatório, suspeitos, território, testemunha, texto, tráfico, traficantes, tramitação, tratados, tribunal de Justiça, União, Varas.

Discurso militar*: agressões, assassinar, autoridade policial, bando, brigada, bombas, coação, dano, delegacia, desocupação, detenção, detidos, espancadas, esquema, exploração, foragido, força, gravações, invasão, imposição, máfia, mando, operação, polícia, presos, prisão, punição, quadrilha, rapto, repressivo, rotas, tiros, violência.

Discurso econômico*: agenciadores, aluguel, apropriação, assentamento, baixa renda, balanço, cálculos, capacitação, cargos, carreira, cesta básica, comercializar, comércio, compra, concurso, consumo, contratação, desempregado, desigualdades, diarista, dívida, donos, dupla jornada feminina de trabalho, econômicas, endividamento, emprego, empresas, especuladores, especulação imobiliária, estabelecimento, exploração, exportador, financeira, financiamento, financiar, funcionárias, gerente, imóvel, impagável, investindo, lucro, média, mercado informal de trabalho, pagar, mercado, mercado de trabalho, mercadoria, mercantilização, negociar, números, pagamentos, pagar, patrimonial, planejamento, pobres, política neoliberal, prestação de serviços, privatização, promoções chefes, produto,

* Quadro de cores dos discursos:

DiscursoCoresJurídico*azulMilitar*vermelhoPolítico*marromEconômico*verdeMédico*laranja

profissionais, profissional do sexo, proprietário, remuneração, renda, salário, sem-teto, serviços, socioeconômico, superfaturamento, trabalho, valor, vender.

Discurso político*: atendimento público, Câmara, casas de abrigo, Conselho, deputada, desapropriação, eleitoral, gestão, movimento de mulheres, movimento feminista, movimento social, órgão, políticas públicas, politizam, prefeitura, presidente, proteção social, programas populares, neoliberais, sem-teto, serviços públicos de saúde, servidores públicos, sociedade civil, votado.

Discurso Médico*: aborto, acidente, ameaça, assistência médica, autoridade, bebê, biossegurança, boca, cesariana, cirurgia, clonagem reprodutiva humana, corpo, deficiências, erradicar, esterilização, estresse, fetos, físico, força, gestação, gestante, gravidez, hospitais, infantil, internação, juvenil, maternidade, métodos contraceptivos, lágrimas, lesões, leves, mãe, mortalidade materna, necropsia, órgãos, pernas, prematura, prevenção, remédio, reprodução, saúde, sexo, sexualidade, terapia, tratamento, traumas, vítima.

A partir desse mapeamento discursivo foi possível verificar que tipo de discurso que predomina nos textos distribuídos nos movimentos feministas e a amplitude do vocabulário de cada um desses discursos. A partir de então, se realizou a análise discursiva dos textos jornalísticos. A categoria de análise escolhida também foi a intertextualidade, para que se tornasse possível, posteriormente, realizar uma comparação entre os dois materiais. Após fazer a seleção dos vocabulários, que também seguiu o enquadramento discursivo acima, verificou-se qual discurso predomina em cada um dos textos. É importante que se fique claro, que todas as palavras que se assemelham em radicais e sentido a estas acima definidas foram também selecionadas na análise dos textos, podendo, portanto não está presente no agrupamento discursivo feito.

Após a realização desta etapa foram verificados quais elementos constituem um discurso jornalístico. Verificou-se, por exemplo, a extensão do texto, presença ou ausência de imagens, presença ou ausência de matérias correlatas, temática abordada na matéria e por último verificou o tipo de discurso que prevalece no texto. Por último concluiu-se com os resultados.

4.2 Procedimentos finais

A pesquisa envolve seleção dos dados, análise dos textos apoiando-se no estudo da intertextualidade dentro das práticas discursivas para que se possa chegar a resultados específicos que garantam uma conclusão de uma análise em profundidade. A escolha das cores também serve para identificar as convenções discursivas e estabelecer em cada texto o discurso institucional presente. Faz-se agora, necessário, realizar a primeira análise dos discursos feministas e compreender como são constituídos e como se manifestam na sociedade.

V ANÁLISE DOS DISCURSOS FEMINISTAS

O primeiro procedimento importante é realizar a análise dos discursos feministas. A questão fundamental é compreender como as feministas se manifestam discursivamente na sociedade para que seja possível verificar o espaço que estas ocupam nos meios de

comunicação, especialmente nos jornais impressos goianos onde estão localizadas notícias de violência contra a mulher.

Para isso foi selecionada uma série de textos distribuídos em instituições feministas. A partir da então, pode-se fazer uma comparação com os discursos jornalistas verificando o que têm em comum e em que divergem. Assim será possível compreender como esses dois discursos se articulam e manifestam-se na sociedade.

Para realizar esta análise utilizou-se como método a Análise Crítica do Discurso. Para Fairclough (2001), uma análise completa preocuparia-se em realizar uma análise textual da prática discursiva (produção, distribuição e consumo) e uma análise da prática social. No entanto, esta pesquisa fez um recorte na análise do discurso e priorizou dentro da prática discursiva um estudo da intertextualidade, não entrando nos méritos de produção, distribuição ou consumo do texto.

5.1 Feminismo: uma análise crítica dos discursos

O movimento feminista, tanto por sua qualidade de heterogeneidade na sociedade em relação às diversas formas de atuação das mulheres, quanto pela amplitude que abarca as temáticas discutidas pelas feministas, possui um discurso bastante difuso.

O discurso das feministas verificado nos materiais distribuídos nos movimentos feministas tais como panfletos, folders, cartilhas, revistas e jornais possuem uma ampla interdiscursividade nos mais diversos temas discutidos. Portanto, ao analisar o discurso feminista é preciso se precaver quanto a interdiscursividades presente nos textos. Neles encontram-se, entre outros, os discursos jurídicos, político, médico, militar e econômico. As palavras produzem os discursos. São elas as responsáveis por abarcar em um só texto uma gama enorme de discursividade constitutiva, os vocabulários produzem efeitos e definem as ideologias verbais, como explica Fairclough (2002), para referir-se a interdiscursividade.

O discurso feminista ao carregar “todos” os discursos em um só acrescenta nele um discurso diferenciado. Como explica Foucault (2001, p.30-40), ocorre uma apropriação social dos discursos. Ele analisa, por exemplo, a educação, e assim pode-se fazer uma relação com o feminismo.

[...]Sabe-se que a educação, embora seja, de direito, o instrumento graças ao qual todo indivíduo, em uma sociedade como a nossa, pode ter acesso a qualquer tipo de discurso, segue, em sua distribuição, no que permite e no que impede, as linhas que estão marcadas pela distância, pela oposições e lutas sociais. Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo.

Com explica Fairclough (2001), o discurso é constituído por meio da articulação particular de tipos de discurso e processos particulares de tradução entre eles. Para se ter uma compreensão da análise é importante que se observe a interdiscursividade.

As convenções discursivas servem como fundamento importante na análise, já que é fundamental que se compreenda que cada palavra exerce um efeito de sentido diverso de acordo com o lugar, o texto em que está presente e as relações que formam com outras palavras do texto. O discurso feminista é estudado aqui como um discurso institucional e neste caso, os eventos discursivos específicos variam segundo o quadro institucional em que é gerado, qual seja: o feminismo. Cada discurso está separado por cores* diferentes.

Na discussão sobre violência doméstica (Anexo 1), por exemplo, verifica-se que diferentes discursos se alternam em um texto. Observe por exemplo, a palavra *processos* no trecho abaixo. Esta, como é utilizada no texto, pertence ao discurso jurídico, pois quando usada dentro de uma “teia” de palavras como *crime de menor potencial ofensivo*, *arquivamento*, *pena*, logo chega-se a conclusão que existe um discurso normativo em torno destas palavras.

A maioria das agressões nas relações conjugais entrou no rol dos “*crimes de menor potencial ofensivo*”. Geralmente os *processos* terminam em *arquivamento* e as mulheres não encontram uma resposta efetiva à violência sofrida. De modo geral, quando ocorre a punição do agressor, a *pena* é a entrega de uma cesta básica a alguma instituição. Neste cenário, onde a impunidade favorece os agressores, as mulheres estão deixando, cada vez mais, de procurar auxílio político (Anexo 1).

Além do discurso jurídico (Anexo 1) também encontram-se presente no texto (Anexo 1) referente a violência doméstica, o discurso militar: *violência*, *espancadas*, *agredidas*, *dano*, *autoridade policial*. Observe também o discurso político: *movimento de mulheres*, *políticas públicas*. Além deste verifica-se no texto (Anexo 1) o discurso médico: *prevenção*, *assistência médica*, *sexual* e o discurso econômico: *cesta básica*, *investindo*,

* Quadro de cores dos discursos:

DiscursoCoresJurídico*azulMilitar*vermelhoPolítico*marromEconômico*verdeMédico*laranja

patrimonial. É importante que se compreenda que cada palavra recebe um efeito de sentido diferente de acordo com o contexto em que é constituída. Ao relacionar palavras com o mesmo efeito de sentido é que determinado discurso se constitui. Observe em todo o texto como se apresentam os discursos:

Por que uma **lei integral** de enfrentamento à **violência** doméstica?

No Brasil, é alarmante o número de mulheres **agredidas** e mortas por seus parceiros no espaço doméstico. A cada 15 segundos uma mulher sofre **violência** doméstica e estima-se que mais de 2 milhões são **espancadas** a cada ano.

Há mais de 20 anos, o **movimento de mulheres** vem **investindo** em ações para coibir a **violência** doméstica. Com a implantação dos **Juizados Especiais Criminais – JECRIM** a preocupação com a ineficiência da **justiça** cresceu.

A maioria das **agressões** cometidas nas relações conjugais entrou no rol dos “**crimes de menor potencial ofensivo**”. Geralmente os **processos** terminam em **arquivamento** e as mulheres não encontram uma resposta efetiva à **violência** sofrida. De modo, geral, quando ocorre a **punição** do **agressor**, a **pena** é a entrega de uma **cesta básica** a alguma instituição. Neste cenário, onde a impunidade favorece os **agressores**, as mulheres estão deixando, cada vez mais, de procurar auxílio público.

Foi em resposta a esses problemas, que organizações do **movimento de mulheres** **investiram** na elaboração de uma proposta de **lei integral**, que incorporou as recomendações da Convenção Interamericana para **Prevenir, Punir e Erradicar a Violência** Contra Mulher (Convenção de Belém do Pará) e a Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (CEDAW).

O que diz o **PL. 4.559/04**

- Define que a **violência** doméstica e familiar contra a mulher é “qualquer ação ou conduta baseada na relação de gênero, que cause morte, dano, sofrimento **físico, sexual**, psicológico, moral ou **patrimonial**”.
- Define diretrizes de **políticas públicas** e ações integradas para a **prevenção e erradicação** da **violência** doméstica contra as mulheres.
- Prevê o atendimento pela **autoridade policial** de forma mais ágil e eficiente.
- Define a criação de equipes de atendimento multidisciplinar no sistema de **justiça**, com **serviços** gratuitos de Assistência **Judiciária**, Assistência Social e **Assistência Médica**.
- Prevê medidas de proteção às mulheres em situação de **violência**, inclusive com relação ao **agressor**.
- Estabelece, nas disposições finais, que a **União**, Distrito Federal, **Território** e **Estados** poderão criar **Varas** e **Juizados Especiais** de **Violência** Doméstica e Familiar contra a Mulher, com competência **cível** e **criminal**.
- Mantém os **julgamentos** relativos à **violência** doméstica pela **Lei 9.099/95**.
- Altera alguns procedimentos do **Juizado Especial Criminal**.

As modificações que queremos

- O **PL 4.559/04** contém muitas inovações, mas ainda não incorpora as principais reivindicações defendidas, quais sejam:
- Que casos de **violência** doméstica e familiar contra as mulheres não sejam mais **julgados** pelos **Juizados Especiais Criminais**.
- Que a **violência** doméstica e familiar deixe de ser considerada como “**crime de menor potencial ofensivo**”

- Que seja criada uma estrutura no Poder Judiciário para tratar com exclusividade todas as questões de violência doméstica e familiar contra as mulheres, englobando as áreas cível e penal.
- Que os novos procedimentos jurídicos sejam justos e eficazes, capazes de preservar a dignidade física e psicológica das mulheres (Anexo 1).

Observe como a palavra *arquivamento* (na linha 11) rodeada por outras palavras como *processo*, *pena*, *justiça*, *crime* recebe um sentido próprio neste contexto e torna-se um vocabulário de discurso jurídico.

O segundo texto (Anexo 2) analisado é uma entrevista feita pela revista feminista *Maria Maria*, com uma das líderes do movimento feminista no Brasil, Rosiska Darcy, autora do livro *Elogio da Diferença*, em se verifica a presença de vários discursos. Para falar sobre violência contra a mulher, em especial sobre violência doméstica, Darcy, utilizou-se predominantemente do discurso jurídico. Observe o conteúdo lexical referente a esse discurso presente no trecho abaixo retirado da entrevista: *legítima defesa da honra*, *direito*, *Código Penal brasileiro*, *crime*, *lesão corporal*.

A violência doméstica ganha visibilidade o país com o movimento feminista. Sem ele essa visibilidade não teria sido possível, porque até então a violência doméstica contra a mulher era encarada como um fato natural. Lembre-se que o argumento de “legítima defesa da honra” foi utilizado pela defesa no caso do assassinato de Ângela Diniz (morta, em 1976, pelo namorado, Doca Street. O movimento feminista saiu às ruas e o assassino foi condenado). O argumento de “legítima defesa da honra” não saiu do nada, ele tinha o respaldo de uma sociedade que considerava a honra masculina nesses termos, com o direito até mesmo ao crime. A verdade é que o espancamento de mulheres não era pensado como crime, ninguém associava a idéia de lesão corporal que está no Código Penal brasileiro, com o fato de um homem deixar a mulher com o olho roxo; isso não era lesão corporal e, portanto, no limite, assassinar a mulher também não era crime (Anexo 2).

Neste caso, cada uma das palavras grifadas passa a ter um valor jurídico por encontrarem-se vinculadas umas as outras, o que gera uma intencionalidade no texto. Outro discurso também muito utilizado no texto (Anexo 2) é o discurso político: *Conselho*, *movimento feminista*, *casas de abrigo*, *gestão*, *movimento de mulheres*, *movimento social e politizam*. Outros discursos presentes são o militar: *violência*, *espancamento*, *assassinato*, *delegacia*, *repressivo*, *denúncia* e o discurso econômico: *pagar*, *baixa renda*, *financiar*, *impagável*, *trabalhar*. Veja a entrevista:

Que vivam as mulheres!

Rosiska Darcy de Oliveira, **presidente** do **Conselho** Nacional dos **Direitos** das Mulher, autora do livro *Elogio da Diferença* e feminista de longas jornadas, conversou com *Maria Maria*. Agora você lerá os melhores momentos da entrevista.

MM- Em que momento, no Brasil, a **violência** doméstica começou a ser discutida e questionada pela sociedade?

Rosiska- A **violência** doméstica ganha visibilidade no país com o **movimento feminista**. Sem ele essa visibilidade não teria sido possível, porque até então a **violência** doméstica contra a mulher era encarada como um fato natural. Lembre-se que o argumento de “**legítima defesa da honra**” foi utilizado pela defesa no caso do **assassinato** de Ângela Diniz (morta, em 1976, pelo namorado, Doca Street. O **movimento feminista** saiu às ruas e o **assassino** foi **condenado**). O argumento de “**legítima defesa da honra**” não saiu do nada, ele tinha respaldo de uma sociedade que considerava a honra masculina nesses termos, com o **direito** até mesmo ao **crime**. A verdade é que o **espancamento** de mulheres não era pensado como **crime**, ninguém associava a idéia de **lesão corporal**, que está no **Código Penal brasileiro**, com o fato de um homem deixar a mulher com o olho roxo; isso não era **lesão corporal** e, portanto, no limite, **assassinar** a mulher também não era **crime**.

MM- A **delegacia** da mulher é uma experiência válida?

Rosiska- Esse é outro mérito da pressão do **movimento feminista**. A **delegacia** da mulher é uma invenção brasileira que fez escola em outros lugares do mundo. Com ela, a **punição** começou a acontecer de fato. Acho que as **delegacias** da mulher estão numa crise muito grande, como está em crise todo aparelho **repressivo** em geral. As **delegacias** necessitam de recursos humanos e de recursos materiais. Mas a existência delas representa um avanço concreto na luta contra a **violência** à mulher. Aliás, muita gente diz, erroneamente, que a **violência** cresceu coisa nenhuma, o que cresceu foi a **denúncia**.

MM- E quanto às **casas-abrigo**, elas são eficientes no combate à **violência** doméstica?

Rosiska- As **casas-abrigo** foram, na minha **gestão** uma bandeira do **Conselho** Nacional dos **Direitos** da Mulher. Logo no primeiro ano, criamos no **Ministério da Justiça**, o Plano Nacional de Combate à **Violência** Contra a Mulher, que consiste em medidas de caráter **repressivo** e **preventivo**. Fizemos o **projeto de lei** do assédio sexual, o **estupro** passou de “**crime contra os costumes**” para “**crime contra a pessoa**” etc. Mas quanto mais nós **trabalhávamos**, mais parecia que havia uma questão incontornável, que era a da proteção da vítima que ao mesmo tempo a **testemunha**. Daí começamos a lutar por fundos no **Ministério da Justiça**, para **financiar** novas **casas-abrigo** e ajudar às que existiam. Hoje, temos uma **política** nacional para essas casas. A nossa idéia é instalar pelo menos uma por estado da federação.

MM- Parece que as pessoas começam a enxergar com mais clareza a necessidade de uma rede de combate à **violência** contra a mulher.

Rosiska- A existência de uma rede é a única maneira de combater a **violência** contra a mulher e a **violência** em geral. Uma rede envolve um conjunto de pessoas, um conjunto de entidades, envolve **hospitais**, assistentes sociais, autoridades morais da comunidade etc.

MM- Há quem diga que, neste final de século, vivemos uma onda racionária, um momento de refluxo dos movimentos, inclusive do **movimento de mulheres**.

Rosiska- Eu acho que essa é uma visão míope, porque é uma visão de **movimento social** como nós conhecíamos antes; mas ele se modificou. Por exemplo, o **movimento de mulheres**, que eu conheço bem, nasceu com pequenos grupos, depois estes grupos ganharam uma consistência institucional – o que é muito bom, pois solidifica uma ação na sociedade. Então o que foi acontecendo é que o **movimento de mulheres** cresceu extraordinariamente no Brasil. Creio, inclusive, que o próprio movimento não consegue ler e medir o seu sucesso, porque cresceu tanto que escapou do controle. Hoje é muito difícil dizer por onde passam as fronteiras do **movimento de mulheres**. Hoje, diferentemente do passado, as pessoas se reúnem em

torno dos temas que lhes são mais próximos, se **politizam** através de uma ação mais direta, ligada a sua própria vida, a seus interesses. Em suma, organizar não significa necessariamente pequenas células que se comunicam entre si. Essa é uma visão muito antiga do centralismo democrático. Na atualidade, os movimentos se dão fundamentalmente por sinergias; é uma dinâmica diferente daquela que nós conhecíamos.

MM- É mais fácil ser mulher hoje?

Rosiska- Não se é mais fácil. Mas é muito melhor porque é mais digno, mesmo que tenhamos que **pagar** a nossa **liberdade** com um esforço imenso. A **liberdade** não se **paga**, ela é **impagável**. Vou dar um exemplo comovente: houve uma pesquisa nas periferias de São Paulo e do Rio de Janeiro, com mulheres de **baixa renda**, para saber como estava o cotidiano delas, quais eram os problemas etc. Evidentemente, o resultado foi estarrecedor em termos de esforço e de sacrifício cotidiano. Porém, não houve uma mulher que tivesse dito que queria parar de **trabalhar**. Quer dizer, todas valorizam imensamente o fato de terem se tornado autônomas, de ganharem a própria vida. Isto representa um dos eventos mais revolucionários do século vinte: o momento em que as mulheres assumiram a autoria de si mesmas (Anexo 2).

A pesquisa também analisou um outro texto (Anexo 4) que refere-se a *Justiça Social e a Questão Urbana*. O texto foi retirado da Plataforma Política Feminista, uma cartilha elaborada em Brasília no ano de 2002, distribuída nos movimentos feministas como resultado da Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras. Na cartilha uma das discussões refere-se à Justiça Social e Questão Urbana e observa-se que está marcada principalmente por um discurso econômico que pode ser verificado por meio de uma análise lexical do texto. Observe como este discurso se apresenta no seguinte trecho:

Neste contexto, a política de **privatização** de bens e **serviços** – como água tratada, esgotamento sanitário e energia elétrica – que vem sendo levada a efeito pela **política neoliberal** representa um novo obstáculo para o acesso da população mais pobre a estes **serviços**, por motivos óbvios: a efetivação de direitos e a **promoção** da justiça social não são os objetivos que orientam a iniciativa **privada**, e sim o **lucro** (Anexo 4).

Veja como a palavra *serviços* se apresenta neste trecho. Em torno dela existem outras que ao se agruparem geram o discurso econômico. O discurso político também está presente no texto (Anexo 4), observe estas palavras no texto abaixo: *proteção social, programas populares, política, movimento de mulheres*. Outros discursos, também estão presentes, como o discurso médico: *sexual, reprodução*; o discurso jurídico: *direito social, direito, justiça*. Além destes, também está encontra presente o discurso militar. Observe no texto a palavra *violência*. Veja o texto abaixo:

Justiça Social e a Questão Urbana

104. Não faz muito tempo que o Brasil tornou-se um país predominantemente urbano. No início do século passado contava com 18, 2 milhões de habitantes, dos quais 1, 8 milhão estavam nas cidades. No ano 2000, a população havia aumentado para cerca de 169,7 milhões, estando 137, 9 milhões em áreas urbanas. Assim, 81,2% da população brasileira vive nas cidades, incluindo um significativo contingente de pessoas **sem-teto**. No Brasil, e especialmente no **planejamento** do desenvolvimento das cidades, o espaço urbano não está pensado sob a ótica dessa nova realidade.

105. A vida nas cidades produz e reproduz **desigualdades**, que são vivenciadas diferentemente pelos vários grupos sociais, a partir dos recortes de gênero, racial/ étnico, de classe, idade/geração, origem urbana/ rural, orientação **sexual** e religião. As responsabilidades das mulheres na **reprodução**, tanto social quanto biológica, e a divisão **sexual** do **trabalho** fazem recair sobre elas exigências que estão mais relacionadas ao cotidiano da casa e aos cuidados com os filhos.

106. A moradia, **direito social** dos mais elementares, constitui garantia mínima de **proteção social**. As mulheres, entretanto, enfrentam dificuldades redobradas no acesso a este **direito**. A necessária comprovação de **renda** para obter **financiamento** para a **compra** da casa própria, ou mesmo para o **aluguel**, constitui limite quase intransponível para uma parcela significativa da população feminina que foi incorporada ao **mercado informal de trabalho** e, particularmente, àquelas que exercem a chefia familiar.

107. Os **programas populares** de autoconstrução não levam em consideração a **dupla jornada feminina de trabalho** tampouco oferece às mulheres treinamentos em técnicas de construção. Os conjuntos habitacionais, por sua vez, não oferecem os equipamentos sociais necessários ao alívio da **dupla jornada de trabalho**; na sua quase totalidade não dispõem, por exemplo, de creches, lavanderias públicas e refeitórios.

108. A inexistência destes equipamentos agrava ainda mais a precariedade dos **serviços** de transporte coletivo e a condição de exclusão territorial a que está submetida uma parcela significativa da população, particularmente as mulheres-e, entre estas, as mulheres negras-, cujas moradias estão afastadas para áreas periféricas cada vez mais longínquas, de onde também se distancia o **direito** a um ambiente sadio – sem contaminação, com luz natural e espaços verdes- e à moradia digna, segura e salubre.

109. A abrangência, capacidade e qualidade dos **serviços** urbanos básicos apresentam uma variação muito grande. A proporção de domicílios urbanos ligados à rede coletora de esgoto ainda é baixa: de 1992 para 1999, passou de 48% para 52, 5%. **Cálculos** de 1996 (IBGE/ PPV) indicavam que 50% dos domicílios sem esgoto sanitário eram chefiados por afrodescendentes, contra 26, 4% dos chefiados por brancos. Entre as regiões metropolitanas, a situação é bastante **desigual**: os percentuais variam de 7,7% de domicílios ligados à rede de esgoto em Belém para 86,9% em Belo Horizonte. Ainda existem 116 municípios brasileiros sem abastecimento de água por rede geral, a maior parte deles situado nas regiões Norte e Nordeste. A precariedade destes **serviços** urbanos piora as condições do **trabalho** doméstico cotidianamente realizado pelas mulheres.

110. Neste contexto, a **política** de **privatização** de bens e **serviços** – como água tratada, esgotamento sanitário e energia elétrica – que vem sendo levada a efeito pela **política neoliberal** representa um novo obstáculo para o acesso da população mais pobre a estes **serviços**, por motivos óbvios: a efetivação de **direitos** e a **promoção** da **justiça** social não são os objetivos que orientam a iniciativa **privada**, e sim o **lucro**.

111. A **especulação imobiliária** é outro elemento reprodutor de **desigualdades** sociais no espaço urbano. Apesar de as cidades já promover maior equidade social no processo de urbanização, a regra tem sido a da garantia dos privilégios. Exemplo disto são os inúmeros lotes urbanos que se mantêm vazios, sem iluminação nem segurança, aumentando os riscos de **violência** nas cidades, em especial contra as mulheres e afrodescendentes, para assegurar o **lucro** dos **especuladores**.

112. Para os **movimentos de mulheres**, a cidade - enquanto espaço **político**, produtivo e reprodutivo da vida social e do cotidiano da maioria da população – é o **território** de construção dos **direitos**, especialmente no que se refere aos **direitos humanos**, **civis**, **políticos**, **econômicos**, sociais, culturais e ambientais (Anexo 4).

Analisou-se também um texto (Anexo 6) feminista que refere-se à *liberdade sexual e reprodutiva*. O texto também foi retirado da Plataforma Política Feminista elaborada em Brasília no ano de 2002 como resultado da Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras. A discussão feita sobre *Liberdade Sexual e Reprodutiva* no texto é marcada principalmente por um discurso médico. Observe no trecho as palavras grifadas que fazem referência a este discurso, tais como: *gravidez*, *esterilização*, *contracepção*, *método contraceptivo*, *esterilização*, *Sistema Único de Saúde* e por último, *saúde*. Ao se agruparem estes vocabulários produzem um efeito de sentido que possibilita o discurso médico.

Esta situação tem como consequência a falta de informação e de prestação de serviços que propiciem às mulheres a possibilidade real de escolha de métodos para evitar a **gravidez**, trazendo como resultado perverso a disseminação indiscriminada da prática da **esterilização** que, diante do reduzido acesso a outras alternativas de **contracepção**, transformou-se o único **método contraceptivo** possível para um grande número de mulheres em amplas regiões do país. Este contexto favorecido pela **esterilização** como moeda de troca eleitoral, e ainda, como meio de fraudar o **Sistema Único de Saúde (SUS)**, colocando as mulheres à mercê de interesses nem sempre compatíveis com suas necessidades e escolhas, com consequências graves para sua **saúde**, muitas delas de caráter irreversível (Anexo 6).

O texto (Anexo 6) que segue abaixo apresenta outros discursos. Observe, por exemplo, o discurso jurídico: *liberdade*, *igualdade*, *direito de decidir*, *direito da mulher*, *constitucionais*, *legalizado*, *estupro*, *criminalizada*, *lei*, *ilegalidade*, *justiça*, *criminalização*; discurso econômico: *apropriação*, *exploração*, *lucro*, *mercado*, *consumo*, *mercantilização*, *vender*, *produto*, *prestação de serviços*, *serviços*, *política neoliberal*, *mercado de trabalho*, *pagar*; discurso político: *política pública*, *atendimento público*, *eleitoral* e o discurso militar: *violência*, *assassinatos*.

Da liberdade Sexual e Reprodutiva

240. Há no Brasil uma visão estereotipada do **corpo** e da **sexualidade** das mulheres. Esta visão apoiou-se em mitos historicamente construídos no passado colonial: o das esposas, condição associada em geral às mulheres brancas e recatadas; o das mulheres indígenas, consideradas sedutoras, mas arredias; e o das mulheres afro-brasileiras, representadas como promíscuas e de irresistível eroticidade. Estes mitos

forjaram uma cultura de negação e expropriação do desejo feminino e de **apropriação**, pelos homens do **corpo** dessas mulheres.

241. No presente, a banalização da **sexualidade** e sua **exploração** para fins de **lucro** aprofundam esta marca cultural e fortalecem as práticas sociais decorrentes. A **sexualidade** vem sendo exaustivamente **explorada** no contexto atual de sacralização do **mercado** e reconfigurada pelos meios de comunicação, que utilizam signos pervertidos da **liberdade** e da **igualdade** entre os **sexos** como esferas do **consumo**. Assim, os **corpos** femininos são submetidos a um processo brutal de **mercantilização**, que resulta na exibição grotesca da nudez para **vender** todo e qualquer **produto**.

242. A hegemonia do padrão estético veiculado nos meios de comunicação, representado por mulheres brancas, jovens e magras, oprime e rebaixa a auto-estima de todas as mulheres que não se enquadram nesse padrão de beleza imposto pela cultura de massa. Dificultando suas relações afetivas e uma vivência **sexual** prazerosa.

243. Ainda são grandes os obstáculos enfrentados pelas mulheres para a afirmação do **direito de decidir** de maneira autônoma sobre seus próprios **corpos**. Concepções conservadoras, especialmente de caráter religioso, vinculam o exercício da **sexualidade** exclusivamente à **reprodução**, negando o **direito da mulher** ao erotismo e ao prazer **sexual**.

244. A **repressão** exercida sobre pessoas do mesmo **sexo** que mantêm relações amorosas e **sexuais** atinge graus de **violência** inaceitáveis. A cada dois dias uma pessoa homossexual é morta no Brasil, o que torna o país campeão em **assassinatos** por homofóbicos. A intolerância contra as relações homossexuais, que se expressa nos espaços de sociabilidade, mostra que lésbicas, gays, transexuais, travestis, bissexuais e transgêneros são considerados pessoas anormais e marginais. O não-reconhecimento das **liberdades** e **direitos sexuais** soma-se a outras formas de discriminação, que colocam, por exemplo, a mulher negra e homossexual em situações de extrema perversidade.

245. Barreiras semelhantes às enfrentadas no campo da liberdade sexual podem ser observadas em relação aos **direitos** reprodutivos. Ao decidirem pela **maternidade**, por evitar uma **gravidez** ou por interrompê-la, as mulheres estão sempre arriscando a sua **saúde** e até as próprias vidas, dada às **deficiências** – quando não a total ausência – do Estado no campo das **políticas** de **saúde reprodutiva** nas diferentes regiões do país.

246. Esta situação tem como consequência a falta de informação e de **prestação de serviços** que propiciem às mulheres a possibilidade real de escolha de métodos para evitar a **gravidez**, trazendo como resultado perverso a disseminação indiscriminada da prática da **esterilização** que, diante do reduzido acesso a outras alternativas de **contracepção**, transformou-se no único **método contraceptivo** possível para um grande número de mulheres em amplas regiões do país. Este contexto tem favorecido o uso da **esterilização** como moeda de troca **eleitoral** e, ainda, como meio de **fraudar** o **Sistema Único de Saúde (SUS)**, colocando as mulheres à mercê de interesses nem sempre compatíveis com suas escolhas, com consequências graves para sua **saúde**, muitas delas de caráter irreversível.

247. A mulher que decide ter um filho já sabe que vai se submeter a um **serviço** de **saúde** precário, responsável por uma das mais altas taxas de **mortalidade materna** do mundo. Ultrapassado este limite, ela tem que encarar a oferta mínima e cada vez menor de berçários, maternais creches e pré-escolas públicas, porque o **Estado** tradicionalmente alheio aos temas da **reprodução** e orientado pelas **políticas neoliberais** recentes, tem declinado de suas obrigações. De outro lado, a iniciativa **privada** não atende às exigências **constitucionais**. Em decorrência, as mulheres, muitas vezes solitariamente, têm de assumir todas as responsabilidades sobre a educação e o cuidado com as crianças. Obrigações das quais o Estado, a sociedade e os pais de seus filhos não se encarregara. Entre outros obstáculos, a mulher **grávida** tem que enfrentar ainda as portas fechadas do **mercado de trabalho** e, depois, a discriminação contra as que têm filhos.

248. As mulheres que decidem não ter filhos encontram dificuldades de acesso à informação e a **métodos contraceptivos**, cuja oferta nos **serviços** públicos de **saúde** fica muito aquém da demanda. A ausência de uma **política pública** eficiente para o planejamento familiar é a grande responsável pelas inúmeras **gravidezes** indesejadas, que freqüentemente resultam em **aborto**. A prática é comum no Brasil e em quase todo o mundo. A diferença é que em muitos países **aborto** está **legalizado** e as mulheres têm **atendimento público** e seguro para interrupção da **gravidez**. No Brasil, exceto nas situações de risco de vida da **gestante** e **gravidez** que resulta de **estupro**, a prática do **aborto** é **criminalizada**, o que obriga as brasileiras a recorrerem a serviços clandestinos, responsáveis por inúmeras seqüelas à **saúde** e, muitas vezes, pela própria morte das mulheres.

249. As novas tecnologias **reprodutivas** têm seu acesso restrito a quem possa **pagar** por elas. Não são regulamentadas em **lei**, o que favorece a criação de um verdadeiro **mercado**, sem controle e acompanhamento, e o uso de muitas mulheres e homens como cobaias de pesquisas. Além disso, as possibilidades abertas pela ciência acabam por restringir essas novas alternativas de reprodução a casais heterossexuais, não alcançando as novas formas de família, de alguma maneira já reconhecidas pela **Justiça**. As novas tecnologias **reprodutivas** ainda contêm processos inseguros e experimentais; logo, a **biossegurança** delas precisa ser garantida para o seu pleno exercício.

250. Posicionamo-nos contrariamente à **clonagem reprodutiva humana**.

251. Destacamos ainda que o crescimento dos fundamentalismos reintroduz com mais força, a repressão **sexual** a homofobia, o obscurantismo, a **violência** e a intolerância como parte de uma ordem social patriarcal que se apresenta de diferentes maneiras, segundo a tradição de cada religião. No Brasil e em vários outros países da América Latina e Caribe, a **ilegalidade** e **criminalização** da prática do **aborto** são a ilustração mais radical da influência que os fundamentalistas religioso têm sobre os padrões culturais e as regras sociais que vigoram nas sociedades.

252. Como feministas, lutamos por **liberdade sexual**, tendo na palavra de ordem “nossos **corpos** nos pertencem” o símbolo mundial da luta feminista pelo **direito de decidir** sobre o próprio **corpo**. Para os movimentos brasileiros de mulheres, esta insígnia foi um convite às mulheres para se reapropriarem de seus próprios **corpos**, tomando para si as decisões sobre a sua **sexualidade** e o exercício dos **direitos reprodutivos** (Anexo 6).

A pesquisa também se preocupou em buscar textos que estivessem relacionados ao Tráfico de Seres Humanos, já este tema foi encontrado também em algumas notícias analisadas nos jornais e isso, portanto, seria fundamental para realizar uma análise comparativa posteriormente. Um dos textos analisados (Anexo 8) foi retirado de um jornal que é uma publicação trimestral da Astral, uma Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros de Goiás, distribuído em Associações e ONGs feministas. O texto foi produzido pela Assistente Social do Ministério Público, Gelva Costa.

No texto (Anexo 8), nota-se a presença de vários discursos como o discurso político, militar, econômico, jurídico e médico. Observe como os discursos se apresentam no texto.

De um milhão a quatro milhões de seres humanos são **traficados** por ano no mundo, segundo dados da **ONU**, a maioria destes é de mulheres e o interesse maior é a **exploração sexual**. O Brasil tem se colocado como **exportador** de seres humanos, existem várias explicações, dentre elas as **econômicas**, as de gênero e a globalização. As mulheres que caem nas redes **criminosas** do **tráfico** saem do país motivadas em busca uma vida melhor, seja através de propostas de casamento, **emprego** e para o exercício da prostituição, entre outras. O fator **econômico** isolado não consegue explicar esta vulnerabilidade, soma-se a **violência** de gênero que em nossa sociedade trata o **corpo** da mulher como **mercadoria** e a imagem de objeto de prazer para terceiros é reforçada constantemente. Estes são os resquícios de uma sociedade patriarcal que ainda encontra vez para manifestar. A globalização também acentua esta mobilidade, pois através de informações rápidas e fantasiosas as pessoas se deslocam em busca de melhor situação de vida.

Investir na **repressão** ao **tráfico** e na **prevenção** é a saída para este grave problema. A **repressão** cabe ao órgão competente da **Polícia Federal** **investigar** as redes **criminosas** e casos **denunciados**, **apurar** e fazer **cumprir** a **lei**. Na **prevenção** faz-se necessário por parte do **Estado** a elaboração e execução de **políticas públicas** voltadas para a promoção da **cidadania** das mulheres, bem como criar mecanismos que se “empoderem” para que possam estar em pé de **igualdade** como os homens, além é claro de campanhas que dê visibilidade ao problema, **capacitação** de **profissionais** para operar o tema e atender as pessoas que sofrem com a situação.

No Brasil, está sendo criado pelo **Ministério da Justiça**, 4 escritórios (Rio de Janeiro, Fortaleza, São Paulo, e Goiânia) para **trabalhar** com a temática do **tráfico**, com objetivo de **prevenir** e atender as vítimas. Em Goiânia o escritório está em andamento, com o apoio do **Estado** e **sociedade civil** ele será sediado no **Ministério Público Estadual**. Para maiores informações entre em contato com o fone: (62)243 8066 (Anexo 8).

O discurso político, por exemplo, é marcado por palavras como: *políticas públicas e sociedade civil*. Observe no texto também a presença do discurso militar: *violência, repressão, Polícia Federal*; o discurso econômico: *exportador, econômica, emprego, mercadoria, investir, capacitação, profissionais*.

Além destes observe como se apresenta o discurso jurídico: *investigar, denunciados, cidadania, lei, igualdade, Ministério da Justiça, Ministério Público Estadual, traficados*. Por último, o discurso médico: *sexual, prevenção, prevenir*.

Em outro texto que também discute o tráfico de seres humanos (Anexo 9) sob o ponto de vista do crime, nota-se que a discussão está vinculada principalmente ao discurso jurídico. É principalmente por meio deste discurso que a cartilha de Enfrentamento ao Tráfico de Seres Humanos produzida pelo IBSS.CO (Instituto Brasileiro de Inovações Pró-Sociedade Saudável do Centro Oeste) aborda a questão. É possível perceber isto pela linguagem utilizada para discutir a temática. Observe este trecho do texto:

O Brasil, ao depositar na **ONU** o instrumento de **ratificação** do Protocolo de Palermo, adotou **legalmente** este **Documento** e suas definições passam a reger a ação das instituições brasileiras. Sendo assim:

Tráfico de Seres Humanos: que crime é esse?

- “a) A expressão ‘tráfico de pessoas’ significa o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravidão ou práticas similares à escravidão, a servidão ou a remoção de órgãos;
- b) O consentimento dado pela vítima de tráfico de pessoas tendo em vista qualquer tipo de exploração descrito na alínea a) do presente artigo será considerado irrelevante se tiver sido utilizado qualquer um dos meios referidos na alínea a);
- c) O recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de uma criança para fins de exploração serão considerados ‘tráfico de pessoas’ mesmo que não envolvam nenhum dos meios referidos na alínea a) do presente artigo;
- d) O termo ‘criança’ significa qualquer pessoa com idade inferior a 18 (dezoito) anos”.

Esta definição expressa o consenso mundial das organizações envolvidas no enfrentamento ao tráfico de seres humanos e, por outro lado, propicia que a sociedade avance na redefinição de conceitos, valores e serviços constitutivos das políticas públicas (Anexo 9).

O discurso jurídico pode, assim, ser observado no texto: *tráfico, ratificação, fraude, legalmente, artigo, crime, ONU*. Além do discurso jurídico destaca-se o discurso econômico e o militar. O discurso militar como os demais constitui-se por uma “teia” de palavras que presentes em um mesmo texto possibilitam este discurso: *rapto, ameaça, força, coação, imposição*. Observe também a palavra *pagamentos* e *exploração* que referem-se ao discurso econômico.

Outros discursos também estão presentes no texto (Anexo 9). Observe o discurso político por meio da palavra *políticas públicas*.

Outro texto analisado discute o Tráfico Internacional de Mulheres para Prostituição (Anexo 10). Este texto também faz parte da Cartilha de Enfrentamento ao Tráfico de Seres Humanos, do IBSS.CO. Observe o texto:

Tráfico Internacional de Mulheres para Prostituição

Legislação

Tráfico Internacional de Mulheres.

Art.231- Promover ou facilitar a entrada, no território nacional, de mulher que nele venha exercer a prostituição, ou a saída de mulher que vá exercê-la no estrangeiro:

Pena: reclusão, de 3(três) a 8(oito) anos.

§1º- Se ocorre qualquer das hipóteses do parágrafo 1º do art.227:

Pena: reclusão, de 4(quatro) a 10(dez) anos.

§2º- Se há emprego de violência, grave ameaça ou fraude, a pena é de reclusão, de cinco a doze anos, além da pena correspondente à violência.

§3º- Se o crime é cometido com o fim de lucro, aplica-se também multa.

Presunção de Violência.

Art.232- nos crimes de que trata este capítulo, é aplicável o disposto nos Arts. 223 e 247.

Tráfico Internacional de Mulheres para Prostituição

Comentário

O autor do crime pode ser qualquer pessoa e a vítima só pode ser mulher, profissional do sexo ou não.

É irrelevante o consentimento ou não da mulher que pode ser levado a erro com promessas de trabalho e ganho (conceito de fraude).

Exige-se que a entrada ou saída do país vise à finalidade da prostituição, mas não se exige a efetiva prostituição. Não se exige o fim de lucro, isso é agravante.

Com este artigo reflete o pensamento da época da elaboração do Código Penal, não explicita as possibilidades de responsabilização de toda a rede do tráfico, sendo necessário buscar em outros artigos o amparo legal para tal.

Os elementos do crime são: mulher e prostituição. O tipo penal não protege pessoas do sexo masculino (se a vítima é homem, não há o crime nesse artigo), e não se configura se não há finalidade de prostituição.

O tipo penal não se refere especificamente à criança, mas admite implicitamente que a vítima seja criança, pois o art.232 estabelece presunção de violência neste tipo de crime se a vítima não é maior de 14 (quatorze) anos.

As regiões de fronteiras com os demais países latino-americanos, embora tenham a dificuldade em caracterizar o aliciamento devido a grande movimentação de pessoas, são alvos da rede do tráfico que se utiliza das vulnerabilidades geográficas e políticas para sujeitar ao seu mando (Anexo 10).

Note como o discurso jurídico apresenta neste texto: *parágrafo, legislação, artigo, Pena, reclusão, crime, fraude, artigo, Código Penal, penal, legal, aliciamento, ameaça, tráfico*. É importante observar também que o próprio texto é constituído a partir de dados da legislação o que demonstra a preocupação com o discurso jurídico.

O discurso militar também encontra-se presente no texto. Note como está disposta no texto a palavra, referente ao discurso militar: *violência*; o discurso econômico: *emprego, lucro, trabalho*. Por último o discurso médico que se destaca com a palavra *sexo*. A partir da análise vocabular feita neste texto conclui-se que ele é escrito partindo principalmente do discurso jurídico.

Na mesma cartilha de enfrentamento ao Tráfico de Seres Humanos do IBBS.CO foi analisado também um texto (Anexo 13) que se refere a crimes sexuais específicos contra crianças e adolescentes, que apesar de não ser o foco principal da pesquisa, a análise deste texto foi importante para verificar que existe uma grande confusão com o tema da exploração sexual, já que muitas vezes é utilizada de maneira equivocada para referir-se também a mulheres acima de 18 anos. Observe no texto os discursos presentes, marcados em cores diferentes:

Crimes sexuais específicos contra crianças e adolescente
Legislação

Exploração Sexual Infantil ou Juvenil

Art. 244A – ECA: submeter criança ou adolescente, como tais definidos no **caput** do **art. 2º** desta **Lei**, à prostituição ou à **exploração sexual**:

Pena: **reclusão**, de 4 (quatro) a 10(dez) anos e multa.

§1º- Incorrem nas mesmas o proprietário, o **gerente** ou o responsável pelo local em que se verifique a submissão de criança ou de adolescente às práticas referidas no **caput** deste **artigo**.

§2º-Constitui efeito obrigatório da condenação à cassação da licença de localização e de funcionamento do estabelecimento.

Comentário

A **exploração sexual** é caracterizada pela **violência** cometida contra crianças e adolescentes, mediante remuneração **financeira** ou em espécie, bem como a obtenção de **lucros** ou vantagens por aliciadores, donos de locais de **exploração**, **agenciadores**, transportadores, etc.

Esse **crime** acontece de forma mais visível no turismo sexual, pedofilia na Internet, **comércio** sexual, **tráfico** de seres humanos e pornografia. Também pode estar ocorrendo em situações de rituais religiosos clandestinos ou não.

As vítimas da **exploração sexual**, muitas vezes, não reconhecem a **violência** a que estão expostas, mantendo diferentes vínculos com a rede de violação.

Crianças e adolescentes em situação de **exploração sexual** se constituem em grupo com vulnerabilidades **econômicas**, sociais, de gênero, étnica, de orientação **sexual**, psicológica e física, tornando-se alvo da rede do **tráfico** de pessoas.

A averiguação de todos os casos de **exploração** seja na descrição detalhada de cada um, ou no estudo do conjunto dos casos e das situações e pessoas envolvidas, poderá constituir-se em elementos fundamentais para o desvelamento da rede do **tráfico** de pessoas (Anexo 13).

Observe como o discurso jurídico apresenta-se neste texto. As palavras *crime*, *legislação*, *artigo*, *pena*, *tráfico*, *reclusão* ao agruparem-se constituem um discurso normativo que refere-se ao discurso jurídico. Neste texto (Anexo 13) também recebe destaque (Anexo 13), o discurso militar: *violência* e o discurso médico: *sexual*. Note a disposição dessa mesma palavra no texto. Ao dispor-se de tal forma o discurso médico se torna presente.

Verificou-se nesta análise dos discursos feministas que a tendência é de um discurso híbrido em que se relacionam os discursos feministas, jurídicos, econômicos, médico, político e militar, já que na maioria deles encontram-se presente todos estes discursos. Os textos, por exemplo, apresentam um padrão grande de alternância no nível da frase entre os diversos tipos de discurso. Observe este trecho:

Há mais de 20 anos, o **movimento de mulheres** vem **investindo** em ações para coibir a **violência** doméstica. Com a implantação dos **Juizados Especiais Criminais – JECRIM** a preocupação com a ineficiência da **justiça** cresceu (Anexo 1).

Note que na primeira frase existem três discursos diferentes (discurso político, econômico e militar). Já na segunda frase só existe o discurso jurídico. Portanto, mesmo as

frases que geralmente pertencem a um tipo de discurso, freqüentemente contém algum traço de outro.

A mescla de discursos pode ser interpretada pelo caráter difuso que existe hoje nos movimentos feministas. Isso porque a partir da década de 1990, a expansão dos movimentos sociais tornou-se mais refratária, havendo um retraimento da maioria deles. Como explica Pinto (2003), neste contexto, o feminismo se estabeleceu sem militantes, nem organizações e muitas vezes defendido por homens e mulheres que não se identificam como feministas. Assim torna-se fragmentado e não supõe um único discurso, pois este transita nas mais diferentes arenas sociais.

As feministas, neste contexto, precisam atender as mais diversas camadas sociais que atingem tanto a esfera privada quanto a pública. Para isso é necessário que prolonguem suas discussões em nível do discurso. Ao mesmo tempo, isto cria uma dificuldade particular para as feministas que é atingir essas diversas esferas. No entanto, este dilema não é unicamente das feministas. Como explica Fairclough (2001, p.151).

ele surge sob formas diferentes na educação, onde a pressão para ‘vender o produto’ é compensada pela pressão para protegê-la dos efeitos adulteradores do mercado. O dilema se manifesta no ‘modo’ da relação intertextual entre informação financeira e os elementos publicitários do texto, e especificamente o fato mencionado anteriormente de que o texto alterna entre orações que são primariamente uma coisa e não outra. Isso dá o sentido de que os dois discursos tentam com dificuldade coexistir no texto, em vez de estarem plenamente integrados.

Observe como esse aspecto ocorre nos textos feministas. Em alguns deles é possível verificar um tipo de discurso mais específico se destacando (Anexos 1- jurídico; 4-econômico; 6-médico; 9- jurídico; 10-jurídico; 13-jurídico). Em outros textos (Anexos 2 e 8) os diversos tipos de discursos tentam com dificuldade coexistir em um texto, embora não estejam plenamente integrados, o que acaba gerando uma dificuldade maior de definir um tipo de discurso.

Foucault (2001) explica que todos os discursos, neste caso, são sustentados por um sistema de instituições que as impõem e reconduzem. Assim, embora o discurso feminista esteja marcado por diferentes formas de instituições, elas estão ali para representar um poder. E a luta das feministas na sociedade é, muitas vezes, de demonstrar poder diante dos homens. Como explica Foucault (2001, p.10),

as regiões onde a grade é mais cerrada, onde os buracos negros se multiplicam, são as regiões da sexualidade e as da política: como se o discurso, longe de ser esse elemento transparente ou neutro no qual a sexualidade se desarma e a política se pacifica, fosse um dos lugares onde elas exercem, de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes.

Nesse sentido, o discurso feminista manifesta um poder definido pelas lutas políticas das mulheres, pelas lutas em relação às mudanças na legislação, pelas lutas sociais e econômicas. Portanto, não se pode dizer que o discurso feminista se manifesta por si só, mas sim pelos discursos que o constituem.

Os discursos feministas, heterogêneos como são, pretendem dar às mulheres direito de voz perante a sociedade que as discriminou ao longo de toda a história. Mesmo com as inúmeras conquistas das mulheres, da participação delas em diretorias, editoras ou repórteres em inúmeros veículos de comunicação, a mulher ainda hoje busca seu espaço social. Na maioria das vezes ela é ainda submissa ao homem e conseqüentemente violentada ou agredida fisicamente, psicologicamente ou sexualmente (como analisou Soares (1999) no capítulo 3). Simplesmente pelo fato de serem mulheres, elas herdaram o papel de vítimas na sociedade machista. Como explica Costa (2002, p.65),

as bases sobre as quais os homens têm historicamente falado. A figura do feminino silencia as mulheres e dá aos homens ainda mais para dizer e um lugar confortável de onde falar. Além disso, a figura do feminino não capacitou as feministas no sentido de articular experiências históricas e materiais das mulheres como pontos de partida discursivos.

Para explicar o significado da heterogeneidade discursiva presente nos discursos feministas, pode-se recorrer a Costa (2002, p.61), que diz que

O feminismo nos dias atuais passou a incorporar uma extensa gama de discursos diversificados, resultando em uma grande variedade interna de feminismos. Contudo (...) essa heterogeneidade interna não fragmentou nem enfraqueceu a importância política do feminismo, pois ela traz em seu bojo a necessidade de construção de articulação entre as diversificadas posições de sujeito, o que por sua vez compõem a força específica do feminismo diante de outros movimentos discursivos sociais.

Essa heterogeneidade interna que existe nos discursos feministas pode ser somente uma nova “roupagem” que as feministas utilizaram para atingir as diversas esferas sociais que

surgiram com as mudanças na sociedade. No entanto, isso gera uma dificuldade de racionalizar um discurso específico das feministas, até porque como explica Fairclough (2001), existe neles uma intertextualidade seqüencial em que diferentes tipos de discursos se alternam em um texto.

Nos textos analisados, por exemplo, o discurso jurídico se destaca em textos cujos conteúdos referem-se a violência doméstica (Anexo 1) ou Tráfico de Seres Humanos (Anexos 9, 10, 13). Mas neste mesmo tema existem outros discursos que coexistem de tal forma no texto (Anexo 8) que é difícil verificar um discurso típico relacionando o mesmo a determinado conteúdo. Da mesma forma, tentou-se analisar se existiria um discurso específico nas cartilhas, folderes, panfletos, revistas, ou jornais. Mas a conclusão a que se chegou é que em uma cartilha podem existir diversos discursos entrelaçados, podendo ocorrer o mesmo com outros tipos de documentos.

Analisou-se na pesquisa, por exemplo, duas cartilhas (Anexos 4 e 6, uma cartilha elaborada em Brasília no ano de 2002, referente a Plataforma Política Feminista e anexos 9, 10 e 13 retirados da cartilha de Enfrentamento ao Tráfico de Seres Humanos produzida pelo IBSS.CO-Instituto Brasileiro de Inovações Pró-Sociedade Saudável do Centro Oeste), um folder (Anexo 1, do CFEMEA), um texto de revista (Anexo 2, da revista *Maria Maria*) e um texto de jornal (anexo 8, retirado do jornal Astral, uma Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros de Goiás, distribuído em Associações e ONGs feministas).

Após a análise dos textos nota-se que os cinco discursos (jurídico, econômico, militar, médico e político) estão presentes, juntos, em vários textos, independente de serem eles cartilhas, folderes, jornais ou revistas. Verificando isso, os dados não autorizaram a interpretação de que determinado discurso é típico de um documento específico.

O que se pode afirmar é que determinados discursos predominam em manifestações e contextos sociais, políticos, econômicos específicos das feministas. Por exemplo, o discurso jurídico está presente no primeiro texto analisado (Anexo 1) que se refere à luta recente das feministas por uma mudança na legislação envolvendo a questão da violência doméstica. O folder (Anexo 1) foi distribuído pelo Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA) convocando a sociedade para discutir o projeto de Lei nº 4559/04 em debate na Câmara Federal.

O mesmo conteúdo do folder distribuído pelo CFEMEA foi reescrito e distribuído em um outro folder (Anexo 15) do Centro de Valorização da Mulher (CEVAM), ambos

apropriando-se do discurso jurista. Além disso, a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa juntamente com o Conselho Estadual da Mulher (CONEM), distribuiu no mesmo período aos movimentos feministas um folder (Anexo 16) também convocando a sociedade a participar de Audiência pública sobre violência contra as mulheres e a Necessidade de Mudanças no Projeto de Lei nº 4559/04. Veja como o discurso jurídico também está presente neste texto:

Apresentação

Está em debate na Câmara Federal o [Projeto de lei](#) nº 4559/04, encaminhado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) ao Congresso Nacional, ano passado. Este [Projeto](#), sem dúvida, representa o reconhecimento, por parte do [Estado](#), de que é preciso criar mecanismos efetivos para coibir a violência contra as mulheres.

No entanto, a proposta ainda mantém a competência dos [Juizados Especiais Cíveis](#) para o [julgamento](#) dos [crimes](#) de violência contra as mulheres e, se aprovada como está, não levará aos resultados esperados e cobrados pelo movimento de mulheres há bastante tempo.

De acordo com o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), 90% dos casos de violência doméstica contra a mulher que chegam aos [Juizados](#) terminam em [arquivamento](#) nas [audiências](#) de conciliação, sem que as mulheres encontrem uma resposta efetiva do poder público frente à violência sofrida.

O [Projeto](#) nº 4559/04 também contradiz a perspectiva do movimento de mulheres ao manter a possibilidade de transação [penal](#). Isso significa que mesmo tendo avançado, impedindo, por exemplo, o cumprimento de [pena](#) por parte do agressor através de pagamento de multa ou de cestas básicas, o [PL](#) ainda permite [penas](#) alternativas, como a prestação de serviços comunitários e mesmo a suspensão do [processo](#).

Com essa perspectiva crítica, a Comissão de [Direitos Humanos](#) da Assembléia Legislativa e o Conselho Estadual da Mulher propõem a realização da [Audiência Pública A Violência Contra as Mulheres e a Necessidade de Mudanças no Projeto de Lei 4559/04](#) para que o movimento de mulheres, movimento feminista e a sociedade em geral possam debater o referido [Projeto de Lei](#) e propor as alterações necessárias (Anexo 16).

No caso da entrevista (Anexo 2) analisada com Rosiska Darcy de Oliveira, presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, o discurso jurídico também está presente. Observe a partir de que contexto ele foi abordado na entrevista.

Lembre-se que o argumento de “[legítima defesa da honra](#)” foi utilizado pela defesa no caso do assassinato de Ângela Diniz (morta, em 1976, pelo namorado, Doca Street. O movimento feminista saiu às ruas e o assassino foi [condenado](#)). O argumento de “[legítima defesa da honra](#)” não saiu do nada, ele tinha respaldo de uma sociedade que considerava a honra masculina nesses termos, com o [direito](#) até mesmo ao [crime](#). A verdade é que o espancamento de mulheres não era pensado como [crime](#), ninguém associava a idéia de [lesão corporal](#), que está no [Código Penal brasileiro](#), com o fato de um homem deixar a mulher com o olho roxo; isso não era

lesão corporal e, portanto, no limite, assassinar a mulher também não era crime (Anexo 4).

Portanto, existe sempre um contexto que constrói o discurso feminista que permite e determina se caráter institucional como jurídico, econômico, médico, político ou militar.

Outro tema em análise na pesquisa é a questão da *justiça social e da questão urbana* que é abordada a partir do enfoque econômico. E essa discussão também surge a partir de um contexto de inserção do Brasil no cenário internacional desde a compra de produtos industrializados a partir da década de 1950 a intensificação do processo de globalização, trocas comerciais, surgimento de blocos econômicos e intensificação do processo de urbanização servindo como uma locomotiva à hegemonia do sistema capitalista. O movimento feminista se apropria deste contexto e deste discurso e passa a discutir a questão da mulher a partir de mudanças econômicas fundamentais a melhoria de sua condição de vida. Observe como este trecho retirado da Plataforma Feminista deixa claro este aspecto de mudanças sociais:

104. Não faz muito tempo que o Brasil tornou-se um país predominantemente urbano. No início do século passado contava com 18, 2 milhões de habitantes, dos quais 1, 8 milhão estavam nas cidades. No ano 2000, a população havia aumentado para cerca de 169,7 milhões, estando 137, 9 milhões em áreas urbanas. Assim, 81,2% da população brasileira vive nas cidades, incluindo um significativo contingente de pessoas *sem-teto*. No Brasil, e especialmente no *planejamento* do desenvolvimento das cidades, o espaço urbano não está pensado sob a ótica dessa nova realidade.

105. A vida nas cidades produz e reproduz *desigualdades*, que são vivenciadas diferentemente pelos vários grupos sociais, a partir dos recortes de gênero, racial/ étnico, de classe, idade/geração, origem urbana/ rural, orientação sexual e religião. As responsabilidades das mulheres na reprodução, tanto social quanto biológica, e a divisão sexual do *trabalho* fazem recair sobre elas exigências que estão mais relacionadas ao cotidiano da casa e aos cuidados com os filhos (Anexo 2).

Na mesma Plataforma Política Feminista discutiu-se também a questão da liberdade sexual e reprodutiva que a partir de um sujeito falante e de um contexto específico tratam desta questão utilizando o discurso médico. Observe os seguintes trechos:

245. Barreiras semelhantes às enfrentadas no campo da liberdade *sexual* podem ser observadas em relação aos direitos reprodutivos. Ao decidirem pela *maternidade*, por evitar uma *gravidez* ou por interrompê-la, as mulheres estão sempre arriscando a sua *saúde* e até as próprias vidas, dada às *deficiências* – quando não a total ausência – do Estado no campo das políticas de *saúde reprodutiva* nas diferentes regiões do país.

246. Esta situação tem como consequência a falta de informação e de prestação de serviços que propiciem às mulheres a possibilidade real de escolha de métodos para evitar a *gravidez*, trazendo como resultado perverso a disseminação indiscriminada

da prática da **esterilização** que, diante do reduzido acesso a outras alternativas de **contracepção**, transformou-se no único **método contraceptivo** possível para um grande número de mulheres em amplas regiões do país. Este contexto tem favorecido o uso da **esterilização** como moeda de troca eleitoral e, ainda, como meio de fraudar o **Sistema Único de Saúde (SUS)**, colocando as mulheres à mercê de interesses nem sempre compatíveis com suas escolhas, com consequências graves para sua **saúde**, muitas delas de caráter irreversível (Anexo 6).

251. Destacamos ainda que o crescimento dos fundamentalismos reintroduz com mais força, a repressão **sexual** a homofobia, o obscurantismo, a violência e a intolerância como parte de uma ordem social patriarcal que se apresenta de diferentes maneiras, segundo a tradição de cada religião. No Brasil e em vários outros países da América Latina e Caribe, a ilegalidade e criminalização da prática do **aborto** são a ilustração mais radical da influência que os fundamentalistas religioso têm sobre os padrões culturais e as regras sociais que vigoram nas sociedades.

252. Como feministas, lutamos por liberdade **sexual**, tendo na palavra de ordem “nossos **corpos** nos pertencem” o símbolo mundial da luta feminista pelo direito de decidir sobre o próprio **corpo**. Para os movimentos brasileiros de mulheres, esta insígnia foi um convite às mulheres para se reapropriarem de seus próprios **corpos**, tomando para si as decisões sobre a sua **sexualidade** e o exercício dos direitos reprodutivos (Anexo 6).

A questão da liberdade sexual é tratada dentro de uma Plataforma Política, o que já deixa claro que o discurso propõe mudanças políticas. Neste contexto, é que o discurso médico se coloca muito presente no sentido de exigir melhorias em relação à saúde da mulher. A expressão *Sistema Único de Saúde (SUS)* tem um peso extremamente importante nesta análise porque explicita o contexto deste discurso. O SUS surgiu no final da década de 1980, momento em que essa discussão das feministas passou a ter maior relevância na sociedade. O discurso médico tornou, então fundamental para explicar o assunto.

A questão referente ao sujeito apresentada acima, diz respeito a um aspecto fundamental que também permite a construção dos discursos feministas, que é a construção de um discurso considerando o sujeito feminista falante, aquele que diz algo. Provavelmente em um texto, das feministas Católicas pelo Direito de Decidir, o discurso religioso seria predominante em uma discussão sobre o aborto, por exemplo, e provavelmente a discussão possuiria um outro viés discursivo.

Outro exemplo em que pode ser verificado, a partir do contexto em que foi construído, é discussão analisada sobre Tráfico de Seres Humanos. A discussão envolve prostituição, exploração sexual e crimes sexuais. O tema foi discutido em alguns textos principalmente pelo enfoque jurídico (Anexos 9, 10, 13). A discussão desse tema só foi

possível atualmente devido a inclusão desta temática na agenda política brasileira determinada por denúncias realizadas por organizações estratégicas da sociedade civil, especializadas na defesa de temas relativos à mulher, às crianças, aos adolescentes, pela Organização das Nações Unidas (ONU) e dos Estados Americanos (OEA), em nível local e global.

Segundo a Pestraf (2001, p. 33).

a mobilização da sociedade civil e de suas expressões (ONGs, Fóruns e Movimentos Sociais) contra a exploração sexual comercial(tráfico para fins sexuais, pornografia, turismo sexual e prostituição) de crianças e adolescentes na década de noventa, articulada com redes em nível local e global de combate ao tráfico de pessoas e ao crime organizado, agendou o debate público nacional e internacional do tráfico de crianças, adolescentes e mulheres para fins sexuais, em eventos de defesa dos direitos humanos.

Portanto, a partir da década de 1990, a discussão sobre o Tráfico de Seres Humanos atinge maior notoriedade internacional. Com isso, inicia-se um processo de discussão mais intenso que na luta por reafirmar e modificar alguns aspectos relativos a legislação que envolve o Tráfico. Visto também como um crime a discussão da questão no âmbito jurídico torna-se muito pertinente aos movimentos feministas e o discurso jurídico torna-se, então, apropriado para se discutir o problema.

No entanto, existe ainda uma heterogeneidade relacionada ao tema, já que embora o contexto seja propício para discussões no âmbito jurídico, o Tráfico de Seres Humanos ainda é um tema complexo e marcado por um certo tabu na sociedade que envolve sexualidade e prostituição, que além de alcançar uma série de outros discursos como o psicológico, sociológico ou antropológico, remete-nos a observar imediatamente a presença de discursos fundamentais que é o econômico, militar e o político.

O discurso econômico está completamente relacionado ao discurso jurídico e ao desmascaramento do Tráfico. Isto porque, ao ganhar visibilidade, a partir da década de 1990, pelo crime que o envolve, as ilegalidades cometidas por empresas transnacionais que exploram e abusam diariamente mulheres, crianças e adolescentes começam a ser desmascaradas e nesse entretém o discurso econômico vem à tona, já que estas redes de traficantes rendem milhares anualmente.

Como é possível verificar na teoria abordada sobre os jornais feministas no primeiro capítulo, nos anos 60, o feminismo colocava a sexualidade como uma questão política. Hoje, o contexto é diferente. O discurso político continua presente na discussão do

Tráfico, no entanto adquiriu novas características e dimensões se ampliando para outras esferas institucionais, especialmente o discurso jurídico.

5.2 Considerações finais

Os discursos feministas são bastante difusos, alguns marcados pelo discurso político, outros pelo jurídico, o médico, o militar ou o econômico. Mas, na maioria das vezes, eles coexistem entre si.

Não existe uma fórmula que identifique com clareza onde se pode verificar cada um dos discursos, mas geralmente eles se manifestam de acordo com o contexto em que vivem as feministas. Nos textos analisados observou-se que em determinado momento o discurso jurídico se manifestava, quando houve tentativas de mudança na legislação que diz respeito à violência doméstica, por exemplo. Em outro momento a questão da violência doméstica já apresentou um discurso mais heterogêneo, como foi o caso da entrevista com Rosiska Darcy.

A discussão da *liberdade sexual e reprodutiva* apresentou um discurso mais conciso marcado pelo discurso médico envolvendo um momento em que o contexto social propiciava reivindicações por melhorias nas condições de saúde da mulher a partir da década de 1980 com a criação do SUS. A questão da justiça social e da questão urbana inseriu a mulher no sistema capitalista e nas lutas trabalhistas que sempre foram um espaço de grande preconceito em relação às mulheres. Neste momento o discurso econômico prevalece. Já a questão do Tráfico de Seres Humanos e crimes sexuais estiveram na maioria dos textos atrelada ao discurso jurídico, um contexto de desmascaramento que se iniciou a partir da década de 1990 e serviu de fortalecimento ao discurso jurídico.

A partir destas discussões, é importante que se conheça o discurso dos jornalistas e como eles se manifestam em relação a violência contra a mulher. Será que existe alguma articulação dos jornalistas com as feministas? Será que estes mesmos discursos aparecem nos jornais diários de Goiânia, no *Diário da Manhã* ou no *O Popular*?

VI ANÁLISE DE DISCURSO DOS JORNAIS

Os jornais impressos de grande circulação em Goiânia apresentam diariamente uma série de conteúdos aos seus leitores, notícias que discutem questões políticas, econômicas, policiais, comportamentais, entre outras, de Goiânia, do Brasil e do mundo. As notícias de violência contra a mulher também estão presentes nos jornais, mas não se sabe de que forma seus conteúdos são apresentados. A questão fundamental deste capítulo é compreender como os discursos dos jornalistas se apresentam em relação a este tema e de que forma se articulam com as discussões que as feministas também fazem sobre a violência contra a mulher, como um modo de verificar a participação dos discursos feministas na imprensa.

Este capítulo faz uma análise dos discursos jornalísticos em dois jornais goianos: *Diário da Manhã* e *O Popular*. Esta análise pretende verificar o modo como o discurso de violência contra a mulher se articula com os discursos feministas. Somente a partir disso, pode-se compreender a força que tem cada um desses discursos para que seja possível entender seus papéis na sociedade.

6.1 Aprofundando sobre os discursos jornalísticos

Os jornais produzem os textos, muitas vezes de acordo com o interesse dos leitores, ávidos e curiosos com as notícias. Não se sabe até que ponto as feministas são capazes de interferir na produção destes textos ou até que ponto o tema da violência contra a mulher é tratada com um olhar feminista. Os jornais, na maioria das vezes, selecionam a violência de maior destaque e escrevem os textos com uma visão ideológica que pertence ao próprio jornalista ou ao jornal.

Como explica Geraldine (Geraldine, 1998, p.208),

As notícias de violência vão e vêm: chocando os leitores, assustando, deixando-os indignados e cansados. Uma característica importante dessas notícias é a sua grande velocidade: começam e terminam rápido, raramente se continua, na edição seguinte, um drama relatado anteriormente; o máximo de tempo dedicado a um tema são duas semanas, depois disso, há um enfraquecimento, um envelhecimento. A notícia só não expira, então, se for descoberto um desdobramento inesperado.

Para atingir um público cada vez mais amplo, os jornais cobrem uma ampla gama de notícias. Os jornais cobrem cotidianos para atingir esse público heterogêneo e contam com seções diversas atraindo leitores também com interesses diversos. Nunes (1998, p.42), explica o que faz um jornal para virar notícia partindo da análise de Motta.

Motta vai nos lembrar de que a procura de resposta a esta indagação nos conduz à tentativa de decodificar a relação entre a notícia e a realidade social. Seriam aqueles fatos que saem nos jornais porque foram escolhidos aleatoriamente pelos repórteres por seu próprio critério e julgamento? Ou aqueles fatos que têm certos atributos ou “valores-notícia” que os transformam em eventos potencialmente noticiáveis, bastando apenas serem identificados por algum jornalista? Na procura de respostas a essas questões voltaríamos novamente a explicar o jornal enquanto suporte de algo que se transmite. Neste caso, há diferenças entre o status de uma notícia que vem na primeira página e aquelas que vêm no interior do jornal. Especialistas nos falam em que os itens só chegam após terem sido filtrados e classificados pelos títulos-assuntos.

Portanto, nota-se a carga ideológica que existe dentro dos jornais para se fazer a seleção destas notícias e dispô-las nos jornais. Utilizando Motta, Nunes (1998, p.42) explica que,

estas reflexões vão nos remeter a uma outra complementar e mais detalhada. Os jornais, de fato, funcionam como um filtro à medida que selecionam as notícias que podem ser impressas. Por um lado, não se pode negar que o jornalista é, neste momento, detentor de um poder quase que soberano sobre o que noticiar. Evidentemente, ele se guia nesta escolha por critérios de ordens diversas, tais como, mercado, interesse dos leitores do jornal, impacto ou capacidade que o fato tem de atrair novos leitores, o furo da notícia que transforma tanto o jornal como o jornalista em elementos de destaque, etc. Neste momento, portanto, esta gama de “interferências”, na escolha da notícia termina por dar à liberdade do jornalista uma posição relativa. De fato, é uma liberdade que encontra seus limites nestes critérios, absolutamente objetivos. Por outro lado, a forma segundo a qual a notícia deve ser veiculada guarda também limites estreitos e precisos. Haveria, num primeiro momento, uma linguagem que é característica de cada jornal. Assim, um jornal que é lido por grupos de classe média, ou por empresários, ou por desportistas, etc, tem sua linguagem e seus códigos próprios que estabelecem de pronto uma certa cumplicidade entre o leitor e o veículo da informação. A idéia que está implícita aí é que são pessoas iguais que falam para pessoas iguais naquele assunto que o jornal noticia.

Estas reflexões nos levam a entender como uma notícia é construída e quais interesses estão envolvidos. A partir do momento em que a notícia é escrita cria-se um discurso, mas para Pinto (2002), embora exista um discurso, ele é praticamente construído a partir de narrações de outros personagens e não do próprio jornalista que narra novamente os fatos aos leitores de sua própria forma.

A maior parte dos textos que o jornal nosso de cada dia nos dá hoje são narrativas. (...) As histórias contadas pelas pessoas são fundadoras de sua identidade social e a construção de uma história de vida é crucial para nossa auto-identidade. A idéia de história também desempenha papel central no noticiário das mídias. Os jornalistas não produzem simplesmente artigos, reportagens, ou documentários para jornais, revistas, rádio, televisão ou Internet, eles narram histórias - que possuem estrutura, ordem, ponto de vista e valores (Pinto, 2002, p.87).

Como explica Fairclough (2001, p.91), o discurso tem uma função social nos jornais,

O discurso contribui, em primeiro lugar, para a construção do que variavelmente é referido como ‘identidades sociais’ e ‘posições de sujeito’ para os ‘sujeitos’ sociais e os tipos de ‘eu’(...)Segundo, o discurso contribui para construir as relações sociais

entre as pessoas. E, terceiro o discurso contribui para a construção de sistemas de conhecimento e crença.

A orientação utilizada na análise de discurso feita nos dois jornais goianos (*Diário da Manhã* e *O Popular*),

é a dos analistas de discurso franceses que sugerem que o ‘interdiscurso’, a complexa configuração interdependente de formações discursivas, tem primazia sobre as partes e as propriedades que não são previsíveis das partes. Além disso, o interdiscurso é a entidade estrutural que subjaz aos eventos discursivos e não a formação individual ou o código: muitos eventos discursivos manifestam uma orientação para configurações de elementos do código e para seus limites, para que se possa considerar como regra o evento discursivo existente (mais especial) construído da concretização normativa de um único código (Fairclough, 2001, p.96).

Na análise de discurso feita nos jornais verificou-se uma grande interdiscursividade nas notícias. Observou-se entre outros discursos a presença de uma série de discursos institucionais tais como: discurso militar, jurídico, econômico, médico, político.

Cada um do discurso está representado aqui por uma cor* diferente seguindo o padrão das análises do capítulo anterior.

A questão da violência domestica é discutida nos jornais. Na análise de discurso feita da notícia, *Punição mais rígida* veiculada no jornal *Diário da Manhã* do dia 7 de agosto (Anexo 3), observa-se algumas interdiscursividades com o discurso jornalístico e o discurso feminista. O texto trata a violência contra a mulher utilizando muitos termos que referem-se ao discurso jurídico. Observe como a terminologia utilizada constrói este discurso utilizando expressões que referem-se ao campo do Direito e das normas. Algumas palavras são citadas para exemplificar o fato: *lei, julgados, processos, tramitação, impunemente, punição*. Ao agruparem-se foram uma espécie de teia que determina este discurso.

Observe dois trechos retirados da notícia para exemplificar o discurso:

* Quadro de cores dos discursos:

DiscursoCoresJurídico*azulMilitar*vermelhoPolítico*marromEconômico*verdeMédico*laranja

Mas na prática o que acontece é que os **juizados**, abarrotados de **processos**, fazem com que os prazos de **tramitação** dos casos se encerrem antes que haja uma **punição** contra o agressor e, quando esta eventualmente ocorre é totalmente ineficaz. Muitas das vezes, explica Alex Maia, do Cevam, o agressor paga uma cesta básica e se livra da prisão, mas continua ameaçando e até agredindo impunemente a mulher vítima da violência que não encontra apoio (Anexo 3).

Outros discursos também integram o texto. Observe as palavras marcadas, cada cor representa um discurso específico.

VIOLÊNCIA

Entidades femininas promovem debate público sobre **legislação** contra **agressão** doméstica

Punição mais rígida

“Queremos que uma **agressão** doméstica deixe de ser tratada como incidente de trânsito. Ela é muito mais séria do que isto.” Assim o **advogado** Alex Maia, do Centro de Valorização da Mulher (Cevam), definiu a luta da instituição e de outras no sentido de mudar a **legislação** que define **penas** para os casos de **agressão** doméstica, situação na qual a maioria absoluta das vítimas é mulheres.

“Hoje um homem **agride** uma mulher e não fica **preso**. Por vezes ela tem de voltar para casa com o **agressor**”, explica Luzia Aparecida, **presidente** do **Conselho** Estadual da Mulher. Isto para não falar que a grande maioria dos casos de **agressão** ocorre contra mulheres negras, de condição **socioeconômica** frágil, reitera Sônia Cleide Ferreira, da Rede Feminista de **Saúde**.

Todas estas pessoas representando entidades e mais várias outras estarão no próximo dia 9, terça-feira, às 8h30, na Assembleia Legislativa de Goiás (**auditório** Solon Amaral), para um debate sobre a **lei** que classifica os **crimes** de **violência** doméstica. Atualmente o **texto legal** de número 9099/95 estabelece que casos de **agressões** familiares (marido agride mulher) sejam tratados nos **juizados especiais**, justamente para que a solução seja mais rápida.

Mas na prática o que acontece é que os **juizados**, abarrotados de **processos**, fazem com que os prazos de **tramitação** dos **casos** se encerrem antes que haja uma **punição** contra o **agressor** e, quando esta eventualmente ocorre é totalmente ineficaz. Muitas das vezes, explica Alex Maia, do Cevam, o **agressor** paga uma **cesta básica** e se livra da **prisão**, mas continua **ameaçando** e até **agredindo** impunemente a mulher vítima da **violência** que não encontra apoio.”

Mudança – A audiência pública que ocorre na terça-feira vai discutir um **projeto de lei** de número 4.559/2004 da **deputada** Dejanira Fegali, que propõe uma série de modificações na **lei** que trata da **agressão** doméstica. Pelo novo **texto legal**, **agressão** à mulher, companheira ou esposa deixaria de ser considerada algo de menor gravidade, e passaria a contar com **legislação** específica, destinada a coibir tal prática.

“O que a nova **lei** propõe é uma ação integrada, na qual haveria uma **repressão** contra a prática da **agressão** doméstica, mas não somente a **repressão** em si, mas também um **processo** de acompanhamento social ao grupo familiar como um todo que sofreu a **agressão**”, explica o representante do Cevam. Neste sentido haveria não somente uma **repressão/punição**, mas também um tratamento ao **agressor**, pois muitas das vezes ele é psicologicamente desequilibrado. Além dele, o núcleo familiar (filhos e mulher) seria beneficiado com **terapia** para inibir **traumas** futuros.

Outro fato relevante, segundo Luzia Aparecida, do Conselho da Mulher, é que o **processo** contra o **agressor** deixa de ser levado a termo pela vítima e passa a ser

conduzido pelo Estado. “Isto significa que o **agressor** não teria como pressionar a vítima, no sentido desta abrandar as **acusações** de **agressão**”, explica.

Correlata:

Ação rápida

Prisão ao **agressor** fora do **flagrante**

A maioria dos **casos** de **agressão** e **violência** doméstica é um **processo** continuado, ou seja, se repete diante da falta de **punição** eficaz. Segundo Sônia Cleide, da Rede Feminista de **Saúde**, a nova **legislação**, proposta pela **deputada** Dejanira Fegali, beneficiará justamente as mulheres mais **pobres**, negras em sua maioria, sem condições de se defenderem. A nova **legislação** prevê a possibilidade de **prisão** do **agressor** mesmo fora do **flagrante**, o que hoje não acontece.

“O **agressor** não teria como pressionar a vítima e também não repetiria as **agressões**. A **prisão** o desencorajaria. Ele saberia que a **agressão**, uma vez feita, não teria como parar o processo instaurado”, explica Luiza Aparecida, do **Conselho** da Mulher.

A elaboração do texto final da nova **legislação** do **projeto da lei** 4559 está sendo debatida em uma série de encontros, seminários e audiências públicas pelo Brasil. Por isso é importante a participação de entidades e representantes de classe na audiência na próxima terça-feira, dia 9. Após uma série de encontros em todo o País, o **texto** deverá ser encaminhado à Câmara e posteriormente **votado**. Os debates querem verificar a aplicação na prática e avaliar as mudanças (Anexo 3).

O discurso militar também recebe grande destaque e possui várias marcas de linguagem tanto na matéria principal quanto na correlata. Observe nos textos: *agressão, violência, preso, ameaçando, repressão*; o discurso econômico: *pobres, socioeconômico, cesta-básica*; político: *presidente, deputada, conselho*; o discurso médico: *saúde, terapia, traumas*.

Na notícia (Anexo 3) tanto o discurso jornalístico quanto o discurso feminista fazem uma interdiscursividade com os demais discursos apresentados. No entanto, nota-se que o discurso feminista é construído na matéria a partir de uma terminologia ambivalente em que ora destaca-se o discurso jurídico, ora o militar.

No texto (Anexo 3), portanto, o jornalista apropriou-se de vários discursos para construir a discussão sobre a violência doméstica, tema que está diretamente relacionado ao movimento feminista. Neste caso, houve uma intertextualidade manifesta, pois um assunto (Anexos 1, 15 e 16) que estava sendo discutido pelas feministas e distribuído em documentos textuais dos movimentos feministas foi apropriado nesta notícia criando um outro texto com formato jornalístico.

É possível perceber que o jornal preocupou-se em dar um enfoque maior ao tema, devido a extensão da matéria (7 parágrafos, 102 linhas; correlata: 3 parágrafos, 37 linhas) e ao fato de estar acompanhada de uma correlata. A matéria também foi escrita a partir de

entrevistas e dados advindos do movimento feminista, já que estão presentes fontes como algumas lideranças do movimento em Goiás tais como representantes da Rede Feminista de Saúde, do Conselho da Mulher, além de um advogado da mesma Rede, que deixa ainda mais claro o enfoque jurídico dado ao tema. Com isso pode-se concluir que existe uma articulação entre o movimento feminista e os jornalistas nesta matéria.

Em outro caso (Anexo 5) pode-se verificar como o discurso econômico é muito utilizado quando se trata de violência contra a mulher. Na notícia, *Mulher 'sensual' é mal remunerada* veiculada no jornal *Diário da Manhã* do dia 9 de agosto, é possível observar uma interdiscursividade presente no discurso jornalístico. Encontra-se também presente no texto também o discurso e médico.

O discurso econômico é o que possui maior destaque no texto. Observe no trecho abaixo como este discurso é construído. As principais marcas de linguagem estão grifadas na cor verde fazendo referência a este discurso: *funcionárias, remunerada, trabalho, empresa, cargos, promoções, carreira, salário*. Estas palavras se agrupam no texto produzindo um sentido e um discurso institucional específico que no caso é o econômico. No texto, o discurso médico também está presente. As palavras *sexual* e *sexualidade* demonstram bem este discurso.

CARREIRA *Funcionárias* tentam se promover por meio do comportamento *sexual* ganham menos

Mulher 'sensual' é mal remunerada

Uma pesquisa divulgada pelo jornal americano USA Today revela que as mulheres americanas que usam a *sexualidade* para crescer dentro de uma *empresa* acabam recebendo *salários* menores e menos *promoções* durante a vida *profissional*.

A reportagem apresenta números para mostrar que as mulheres que cruzam as pernas de maneira provocante, vestem saias curtas ou camisas com decote e massageiam os ombros dos chefes crescem menos na *carreira*.

Os estudo, elaborado pela Universidade de Tulane (Louisiana) com base em 164 entrevistadas de idades entre 20 e 60 anos, mostra que 49% das mulheres graduadas e com MBA (especialização) admitem ter tentado galgar *cargos* dentro de uma *empresa* por meio do comportamento sexual. Essas mulheres conseguiram em média duas *promoções* na *carreira* e recebem entre US\$ 50 mil e US\$ 75 mil por ano. Por outro lado, as demais, que afirmaram nunca terem apelado para a *sexualidade*, dizem ter recebido em média três *promoções* na *carreira* e possuir um *salário* de US\$ 75 mil a US\$ 100 mil.

“Há conseqüências negativas para as mulheres que usam a *sexualidade* no local de *trabalho*”, afirmou o professor Arthur Brief, da Universidade de Tulane, ao USA Today (Anexo 5).

Esta notícia foi veiculada no caderno de economia do Jornal *Diário da Manhã*. Esse fator deixa claro a intenção do jornalista de referir-se a mulher a partir de um discurso econômico. Nota-se que a notícia não possui uma relevância grande para o jornal, o que se nota pela própria extensão da matéria. Esta é complementada com um Box (Anexo 5) onde há algumas informações adicionais sobre a pesquisa, além de uma figura que coloca a mulher como uma personagem vulgar. Portanto, conclui-se que a notícia possui principalmente um discurso econômico.

Em outro texto jornalístico veiculado no jornal *O Popular* do dia 23 de agosto de 2005 cujo título é *Sem-teto perde filho no 8º mês de gestação* (Anexo 7) nota-se um discurso predominantemente econômico. Nesta notícia existe uma grande interdiscursividade e, portanto, é possível perceber vários discursos. A primeira marca que pode ser citada está no discurso econômico: *sem-teto, desempregado, compro*. Observe o seguinte trecho onde se pode verificar este discurso:

Os líderes dos **sem-teto** suspeitam de que a morte dos dois fetos esteja ligada às dificuldades e às condições insalubres em que sobrevivem as 1129 famílias acampadas no Setor Grajaú. Alojados em barracas de lona preta, de 13,5 metros quadrados, os **sem-teto** enfrentam o calor e a poeira, durante o dia e o frio à noite. O marido de Acácia Cruz, o pintor **desempregado** Ricardo Soares da Cruz conta que a família alimenta-se basicamente da cesta fornecida a cada 30 dias pelo Estado, composta por arroz, feijão, açúcar, macarrão, óleo e bolacha. “Quando faço algum bico, **compro** verduras para complementar a comida” (Anexo 7).

Além deste discurso nota-se também o discurso médico: *Hospital, gestação, gravidez, cirurgia, cesariana, bebê, feto, grávida*. Observe um trecho onde se verifica este discurso:

O assentamento do Setor Grajaú, onde estão acampadas as famílias remanescentes da invasão do Parque Oeste Industrial foi palco demais morte. Na tarde de domingo, a dona de casa Acácia da Silva Cruz, de 25 anos, que estava **grávida** de 8 meses, perdeu o **bebê** por motivos ainda desconhecidos. O **feto**, do **sexo** feminino, foi retirado morto, em uma **cirurgia cesariana** realizada no **Hospital** Materno-Infantil. Esse é o 11º caso de morte entre os sem-teto desde a ocupação da área particular, maio de 2004, e a segunda interrupção brusca de **gravidez** em apenas uma semana. No dia 14, Maria Jaqueline Rodrigues da Cruz, que estava no 7º mês de **gestação**, também moradora do assentamento, perdeu o filho em condições semelhantes (Anexo 7).

Outros discursos também estão presentes como o militar: *desocupação, tiros, invasão, bombas*. Observe o texto em que se pode verificar com clareza todos os discursos marcados por cores diferentes.

DRAMA

Sem-teto perde filho nom 8º mês de *gestação*

Acampados ligam morte de *feto* às condições insalubres em que vivem no Setor Grajaú. É a 2º interrupção de *gravidez* na área em uma semana

O *assentamento* do Setor Grajaú, onde estão acampadas as famílias remanescentes da *invasão* do Parque Oeste Industrial foi palco demais morte. Na tarde de domingo, a dona de casa Acácia da Silva Cruz, de 25 anos, que estava *grávida* de 8 meses, perdeu o *bebê* por motivos ainda desconhecidos. O *feto*, do *sexo* feminino, foi retirado morto, em uma *cirurgia cesariana* realizada no Hospital Materno-Infantil. Esse é o 11º caso de morte entre os *sem-teto* desde a ocupação da área particular, maio de 2004, e a segunda interrupção brusca de *gravidez* em apenas uma semana. No dia 14, Maria Jaqueline Rodrigues da Cruz, que estava no 7º mês de *gestação*, também moradora do *assentamento*, perdeu o filho em condições semelhantes.

Os líderes dos *sem-teto* suspeitam de que a morte dos dois *fetos* esteja ligada às dificuldades e às condições insalubres em que sobrevivem as 1129 famílias acampadas no Setor Grajaú. Alojados em barracas de lona preta, de 13,5 metros quadrados, os *sem-teto* enfrentam o calor e a poeira, durante o dia e o frio à noite. O marido de Acácia Cruz, o pintor *desempregado* Ricardo Soares da Cruz conta que a família alimenta-se basicamente da cesta fornecida a cada 30 dias pelo Estado, composta por arroz, feijão, açúcar, macarrão, óleo e bolacha. “Quando faço algum bico, *compro* verduras para complementar a comida”.

Um dos líderes do *sem-teto*, Américo Novaes acredita que a morte *prematura* ds dois *bebês* possa estar relacionada ao *estresse* e ao esforço *físico* vivenciados por Acácia e Jaqueline e pelas demais mulheres residentes no *assentamento*. “Muitas pessoas carregam baldes cheios de água todos os dias, do chafariz às suas barracas, numa distância de 500 a 700 metros”, exemplifica. “Na noite de quinta-feira, centenas de moradores ficaram amedrontados com a ventania que destruiu as lonas das barracas”, assinalou.

Américo Novaes faz um apelo para as autoridades providenciarem a transferência das famílias para a área definitiva, no Jardim Itaipu, o mais rápido possível e, dessa forma, amenizar o drama vivido pelos acampados. O processo de desapropriação da área no Jardim Itaipu, de 1,4 milhões de metros quadrados, está emperrado pelo fato de a Câmara de Goiânia ter levantado a hipótese de *superfaturamento* no valor do *imóvel*, estimado em R\$ 6 milhões a ser custeado pelo Estado pela Prefeitura.

Necropsia

O sonho de ter uma casa própria começou a ser cultivado por Ricardo e Acácia Cruz em 2 de maio do ano passado. O Casal e os três filhos moravam no Setor Goiás Park. Sem condições de *pagar* a *prestação* do lote onde havia construído uma pequena casa, a família acompanhou o grupo que formou a *invasão* no Parque Oeste Industrial. Durante dez meses, a família viveu em barraco de madeira. No dia 16 de fevereiro deste ano, já *grávida* de 2 meses, Acácia, na companhia apenas dos três filhos, passou pelo drama da *desocupação*. Ela conta que teve de se deitar no chão, com medo de ser atingida por *bombas* e *tiros*.

A família morou quase três meses em uma barraca instalada ao lado do Ginásio do Setor Capuava. Em meados de maio, foi a primeira a ser transferida para área provisória. Ricardo Cruz informou que perdeu os poucos móveis que tinha durante na desapropriação. Na barraca erguida no Setor Grajaú existem apenas dois colchões de solteiro- um para e outro para a mulher- uma cama pequena, onde dormem os três

filhos, um fogão de duas bocas e algumas vasilhas. A causa da morte dos dois **fetos** só será conhecida após realização da **necropsia** (Anexo 7).

O assunto discutido no texto (Anexo 7) parece ser relevante para o jornal, já que recebeu um destaque maior no caderno Cidades (6 parágrafos; 116 linhas). Não há presença de fotos, mas nota-se que outras duas matérias distribuídas ao lado desta analisada também apresentam discussões partindo-se da temática da mulher. Pode-se concluir, portanto, que o jornal preocupa-se em discutir a violência contra a mulher. Embora esta matéria tenha sido produzida por uma jornalista do sexo feminino, nota-se que aparentemente não houve preocupação da mesma em construí-la partindo de um viés discutido no movimento feminista. Não há fontes de representantes do movimento na matéria. As fontes citadas remetem somente aos sem-teto. Predominam no texto dois discursos o econômico e médico.

Nos textos referentes ao Tráfico nota-se que o discurso militar predomina (Anexos 11,12,14). Na notícia veiculada no jornal *Diário da Manhã* do dia 6 de agosto de 2005, *Na mira da polícia* (Anexo 11), o discurso militar recebe grande destaque. Sua característica mais forte é a linguagem aqui representada: *Polícia Federal, quadrilha, mandados, prisão, detidos, rede*. No trecho que se segue é possível observar o discurso citado:

O aliciador Alyssom Vitor Dias, morador de Goiânia, ainda é procurado pela **Polícia Federal** de Goiás (PF). Ele faz parte da lista dos sete envolvidos no esquema de tráfico de mulheres para prostituição na Espanha. Dos 11 suspeitos de integrarem a **quadrilha**, apenas seis tiveram mandados de **prisão** expedidos pela Justiça. Foram **detidos** na madrugada de ontem o chefe da **rede**, o português Manoel da Silva (Manolo), 55, sua esposa, Betânia de Jesus Dias, 23, Roseli Vitor Dias, 29, conhecida como Sandra, e seu marido, o espanhol José Gomes Barrero, 40, chamado de Carlos. Também estão **detidos** na sede da **PF** João Ênio Rodrigues Mendonça, 40, e Almir Ferreira da Silva, 42. Alyssom é irmão de Roseli (Anexo 11).

No texto também está presente o discurso jurídico: *aliciador, Justiça, denúncia, aliciada, deportada, tráfico*. Observe o texto:

PROSTITUIÇÃO **Detidos** seis suspeitos de **aliciamento** de garotas

Na mira da polícia

O **aliciador** Alyssom Vitor Dias, morador de Goiânia, ainda é procurado pela **Polícia Federal** de Goiás (PF). Ele faz parte da lista dos sete envolvidos no esquema de **tráfico** de mulheres para prostituição na Espanha. Dos 11 suspeitos de integrarem a **quadrilha**, apenas seis tiveram mandados de **prisão** expedidos pela **Justiça**. Foram **detidos** na madrugada de ontem o chefe da rede, o português Manoel da Silva (Manolo), 55, sua esposa, Betânia de Jesus Dias, 23, Roseli Vitor Dias, 29, conhecida como Sandra, e seu marido, o espanhol José Gomes Barrero, 40, chamado

de Carlos. Também estão **detidos** na sede da **PF** João Ênio Rodrigues Mendonça, 40, e Almir Ferreira da Silva, 42. Alyssom é irmão de Roseli.

A **operação**, batizada de “Babilônia” (referência a Sodoma e Gomorra), foi planejada após **denúncia** de uma **aliciada** que se arrependeu. Na última quinta-feira, 20 goianas que deixaram o Brasil nos últimos dois meses foram **presas** em boates espanholas. Destas, oito embarcaram em julho. O **delegado** de **migração** e **fronteiras**, Luciano Ferreira Dornellas, calcula que o número de vítimas seja maior, já que a **quadrilha** atuava em Goiânia há cerca de 60 dias. Manolo, preso em Trindade, seria quem negociava com as meninas em lanchonetes e boates da Capital.

A maioria das vítimas, de 18 a 30 anos de idade, era recepcionada no aeroporto de Paris por uma goiana, conhecida como Janaína. A **aliciadora** levava as mulheres para prostíbulos em Paris, Sevilha, Vigo, Valencia, entre outras cidades da Espanha. O espanhol Ramon Alonso Mirar, proprietário de estabelecimentos nessas cidades, pagava pelo **serviço** das brasileiras. Ele é procurado pela Polícia Nacional Espanhola, que também realiza **prisões** em parceria com a **PF**.

Segundo o **delegado** Dornellas, um agente de viagem de Goiânia é quem informava as **rotas** como estratégia de driblar a **polícia**. Este funcionário de uma empresa de turismo na Praça Tamandaré na Capital não tem mandado de **prisão**.

Deportação – As goianas **presas** na Espanha começam a ser **deportadas** hoje. Elas serão ouvidas pela **Polícia Federal** no aeroporto de Guarulhos, em São Paulo. Esta é a terceira **quadrilha** desbaratada no últimos oito meses em Goiás.

A primeira **operação** aconteceu em dezembro, batizada de Castelo, a outra, em abril, denominada de Castanhola, culminou na **prisão** de aproximadamente 21 pessoas. Destas, sete em Goiás (Anexo 11).

O jornal dá um grande destaque ao tema do tráfico de mulheres (Anexo 11) e desenvolve uma reportagem relativamente extensa (6 parágrafos; 85 linhas). Além disto a discussão é complementada por uma matéria correlata (3 parágrafos; 51 linhas). Nota-se pelo discurso e pela disposição das imagens que o texto trata da prostituição e do Tráfico de mulheres partindo principalmente de um discurso militar. Não há fontes do movimento feminista na matéria. O único entrevistado é um delegado da Polícia Federal de Goiás. Além disso, as fotografias destacam um camburão da Polícia Federal, bem como imagens de mulheres e familiares em situação de sofrimento. O texto também é escrito por dois jornalistas (homem e mulher) que aparentemente demonstram omissão ao tema sobre as discussões propostas pelo movimento feminista, já que não há nenhuma fonte verificada no texto para auxiliar na produção da reportagem.

Em outra notícia veiculada no jornal *O Popular*, no caderno Cidades do dia 6 de agosto de 2005, *Tráfico de mulheres sofre baixa* (Anexo 12), recebe destaque o discurso militar. Observe as pistas: *Polícia Federal, prende, presos*. Retirou-se um trecho do jornal para demonstrar estas convenções discursivas.

A Polícia Federal (PF) prendeu ontem seis pessoas acusadas de envolvimento no tráfico internacional de mulheres para a prostituição na Europa. Entre os presos estão um português e um espanhol, que seriam os líderes do bando. As prisões da chamada Operação Babilônia ocorreram em Goiânia e em Trindade. Um acusado de atuar como aliciador, Alissom Vitor Dias, ainda está foragido. O grupo teria encaminhado mais de 20 mulheres para casas de prostituição na Espanha nos últimos meses. Segundo a PF, apenas em julho, oito goianas foram mandadas para o exterior (Anexo 12).

Nota-se também o discurso jurídico: *acusados, aliciar, deportação, Estado, investigação, denúncia, crime, Ministério da Justiça, imigração, ilegal, tráfico*. Outros discursos também aparecem no texto como, por exemplo, o discurso econômico: *baixa, financeiros, trabalhar, dívida, exportadores*; o discurso médico: *remédio*. Observe o texto:

Operação Babilônia

Tráfico de mulheres sofre baixa

Polícia Federal prendeu em Goiás seis acusados de aliciar pelo menos 20 mulheres para a prostituição no exterior

A Polícia Federal (PF) prendeu ontem seis pessoas acusadas de envolvimento no tráfico internacional de mulheres para a prostituição na Europa. Entre os presos estão um português e um espanhol, que seriam os líderes do bando. As prisões da chamada Operação Babilônia ocorreram em Goiânia e em Trindade. Um acusado de atuar como aliciador, Alissom Vitor Dias, ainda está foragido. O grupo teria encaminhado mais de 20 mulheres para casas de prostituição na Espanha nos últimos meses. Segundo a PF, apenas em julho, oito goianas foram mandadas para o exterior.

A Brigada de Polícia da Espanha participou da operação e está atrás de membros da quadrilha, incluindo uma mulher que representaria o grupo naquele país. Além da detenção dela, os policiais espanhóis estão providenciando a deportação das 20 brasileiras que trabalhavam em casas de prostituição. O relatório com o balanço da operação no exterior só deverá ser remédio à polícia brasileira na próxima semana. Esta é a terceira operação do tipo desencadeada a partir de Goiás desde o fim do ano passado. Outros grupos estão sendo investigados pela polícia.

As investigações da PF foram iniciadas há pouco mais de dois meses a partir da denúncia de uma vítima, que apontou como aliciador João Ênio Rodrigues de Medonça, de 40 anos, um dos presos ontem. De acordo com a vítima que já havia sido cooptada para trabalhar como prostituta antes, mas abandonou o trabalho, João Ênio Rodrigues de Medonça, de 40 anos, um dos presos ontem. De acordo com a vítima, que já havia sido cooptada para trabalhar como prostituta antes, mas abandonou o trabalho, João Ênio estaria pressionado para voltar a se prostituir. Através de campanhas, gravações telefônicas e filmagens, a polícia descobriu a quadrilha e começou a desvendar o método de aliciamento e envio das mulheres ao exterior.

Segundo a investigação, João Ênio seria o principal aliciador do grupo. Inicialmente, ele trabalhava como o espanhol José Gomes Barrero, 40, que seria a ponte entre o Brasil e a Europa- Barrero foi outro dos presos na operação. Cada mulher enviada para o exterior garantia ao aliciador uma comissão. Foi justamente por causa dessa comissão pelo envio de seis mulheres que Ênio e o espanhol teriam brigado, conforme apurou a polícia. O aliciador, então, passou a negociar com o português Manuel da Silva, 55, também preso. Este foi identificado como um contato do espanhol Ramon Alonso Mirar, dono de casas de prostituição na Europa. Mirar,

de acordo com a PF, atuaria como receptador das mulheres brasileiras e está sendo procurado pela polícia espanhola.

Por acusa do papel que desempenhariam no esquema, o espanhol Barrero e o português Manuel são, para a PF, os líderes do grupo, apesar de ainda não ter ficado clara uma ligação direta entre os dois. Outros aliciadores participavam do esquema. O grupo tinha contato em uma agência de viagens que funciona na Praça Tamandaré, em Goiânia, e fazia reuniões nas proximidades para tratar do envio das mulheres ao exterior. Um funcionário de agência (o nome não foi divulgado) é apontado como responsável por organizar os pacotes e identificar as melhores rotas para entrada das mulheres na Europa.

Além de Almir Ferreira da Silva, 42, acusado de agir como aliciador, foram presas ontem duas mulheres: Roseli Dias, 29, mulher do espanhol José Barrero, e Betânia de Jesus Dias, 23, mulher do português Manuel da Silva. Elas foram apontadas pela PF como membros ativos da quadrilha. Os acusados com pedidos de prisão foram indiciados por tráfico de mulheres para prostituição, concurso material e formal e formação de quadrilha.

O esquema utilizado pela quadrilha é basicamente o mesmo que vem colocando Goiás como um dos Estados que mais enviam mulheres ao exterior para se tornarem prostitutas. Os aliciadores são os responsáveis pelo contato com as possíveis interessadas. Eles sempre ressaltam as vantagens dos ganhos financeiros lá fora. Os responsáveis por essa “tarefa” têm contato com pessoas que atuam como intermediários e fazem a ponte entre o Brasil e as casas de prostituição no exterior. Entra na história um contato em uma agência de viagens para organizar a viagem das mulheres. Na Europa, especialmente na Espanha, o receptador é o responsável por encaminhar as mulheres à prostituição.

No exterior as mulheres se tornaram escravas do sexo. Um dos artifícios dos traficantes para mantê-las nessa situação é a dívida feita para a viagem. Antes, muitas mulheres eram atraídas para esse caminho por desconhecer o que ocorria realmente no seu destino. Hoje, porém, a PF acredita que a maioria que resolve emigrar já sabe qual será seu futuro papel. “Cerca de 90% das mulheres hoje já sabem que estão indo para a Europa para se prostituir. Elas vão conscientes. Mas isso não muda o tipo de crime que os traficantes cometem”, explica o delegado Luciano Dornelas da PF, que condecorou as investigações do caso.

Outras operações

A Babilônia é a terceira operação desencadeada pela PF goiana, desde o fim do ano passado, contra traficantes de mulheres. Esses grupos estão na mira do Ministério da Justiça (MJ) desde o começo do ano passado, quando foi feita ofensiva nesse sentido, principalmente em Goiás, um dos principais centros exportadores de mulheres para prostituição. Em dezembro de 2004, a Operação Castelo prendeu, em Goiânia, sete pessoas acusadas de tráfico de mulheres para prostituição na Espanha e de favorecer a imigração ilegal para os Estados Unidos(EUA). Já em abril de 2005 foi desencadeada a Operação Castanhola, no Brasil e na Europa, quando 20 pessoas foram acusadas de envolvimento no esquema. A ação foi realizada pela PF de Goiás e de Brasília e pelas polícias de Portugal e Espanha. A base da quadrilha no Brasil funcionava em Anápolis, onde foram presas sete pessoas (Anexo 12).

Há uma interdiscursividade muito grande neste texto jornalístico (Anexo 12), caracterizado por uma reportagem. O jornalista, neste caso, para falar do Tráfico de Seres Humanos que é um tema de discussão importante no movimento feminista utilizou-se principalmente do discurso militar. A matéria é extensa (8 parágrafos; 144 linhas) e apresenta um Box(Anexo 12) para complementar a discussão e ilustrar o problema. No entanto, a fonte

predominante na notícia é o delegado da Polícia Federal em Goiânia. Não há nenhuma referência ao movimento feminista. Apesar da diversidade de discurso nota-se nesta matéria que o discurso militar prevalece.

Em outra notícia veiculada no jornal *O Popular* no caderno Mundo do dia 8 de agosto e 2005, *Exploração sexual leva 518 para a prisão* (Anexo 14), além do discurso jornalístico e feminista observa-se também vários outros discursos. É importante lembrar que a temática da exploração sexual é referente a crianças e adolescentes, mas foi utilizada na análise para demonstrar como o discurso sobre esse assunto é construído já que muitas vezes é utilizada de forma equivocada referindo-se também a mulheres. Observe como os diversos discursos são apresentados no texto:

ESPANHA

Exploração sexual leva 518 para prisão

Após uma série de *investigações*, 518 pessoas- inclusive dezenas de estrangeiros – foram *detidas* no primeiro semestre deste ano por envolvimento com redes de *exploração sexual* na Espanha, informou ontem o Ministério do Interior daquele país. As organizações descobertas pela *polícia* estariam ligadas à *máfia* internacional atuariam de modo conjunto para levar mulheres de países da África, da América Latina e do Leste Europeu para se prostituírem na Espanha, segundo o Ministério (Anexo 14).

O discurso militar predomina na matéria (Anexo 14): *polícia, máfia, detidas, prisão*. Estas palavras ao serem agrupadas demonstram uma forte presença deste discurso. Nota-se também o discurso jurídico: *investigações* e o discurso econômico: *exploração*. O jornal trata da exploração sexual (Anexo 14) como um tema aparentemente sem relevância social. Talvez por isso tenha sido escrito em poucas linhas (16) e está disposto no jornal como uma nota de rodapé no Caderno Mundo do Jornal. Além disso, a mulher neste contexto é vista como um objeto de polícia já que o conteúdo é focado principalmente no discurso militar.

Os textos que discutem Tráfico de mulheres (Anexo 11, 12, 14) são marcados principalmente pelo discurso militar. Isto é perceptível pela utilização da linguagem que muitas vezes diz respeito a ordem, poder e violência. Utilizam-se muitas palavras como: *prisão, quadrilha, polícia, agressão*. As principais fontes utilizadas são representantes da Polícia Federal, verificadas nas entrevistas e muitas vezes, representado por um delegado. Em nenhum dos casos verifica-se alguma entrevista com representantes de movimentos feministas em matérias com este conteúdo. Sobre esse assunto, as notícias, normalmente são extensas e a

discussão gira em torno da prisão ou de investigações feitas em relação ao caso noticiado. As notícias, normalmente não tem desdobramentos e o fato se esgota na primeira matéria.

O discurso jurídico (Anexos 11, 12, 14) também recebe destaque nos textos que diz respeito a Tráfico de Seres Humanos, em que se verifica a partir das palavras utilizadas como, por exemplo: Justiça, tráfico, investigação, acusado, denúncia. Neste caso, há uma certa relação com a linguagem dos movimentos feministas, que, como analisado no capítulo anterior, utiliza-se principalmente da linguagem jurídica para referir-se ao tráfico de seres humanos.

Na análise de discurso feita na notícia sobre violência doméstica (Anexo 3) verifica-se que o discurso jurídico é também o mais utilizado para referir-se ao assunto. Existe, portanto, uma indicação de que os jornais estariam se articulando com os Movimentos Feministas. No entanto, em todas as análises feitas, verificou-se que esta notícia é um caso específico já que foi a única em que o jornalista preocupou-se em utilizar fontes do movimento feminista para compor o conteúdo verificado na notícia *Punição mais rígida* (Anexo 3). A notícia também é extensa sendo possível concluir que houve preocupação do jornalista em dar uma atenção maior ao assunto.

Outras notícias dão grande destaque no discurso econômico (Anexos 5, 7), o que coloca a mulher com uma vítima do capitalismo, um negócio. Uma das notícias (Anexo 5) inclusive aparece no Caderno de Economia do jornal, remetendo a mesma relação patriarcalista que coloca a mulher, muitas vezes, em situação inferior ao homem nas relações trabalhistas. Em outro texto (Anexo 7) em que o discurso econômico também se destaca, a mulher é vítima, neste caso, de uma situação de violência histórica em que precisa cuidar dos filhos e trabalhar.

Nos textos analisados, somente em um caso, as feministas foram entrevistadas pelos jornalistas como fontes. Isso demonstra que somente no momento em que as feministas foram fontes, é que se observa uma articulação maior entre os discursos dos jornalistas e das feministas. Nos demais textos estes discursos possuem posições divergentes, embora utilize o discurso jurídico nas matérias (Anexos 11 e 12) que diz respeito ao Tráfico de Seres Humanos, o mesmo utilizado pelas feministas em muitos casos.

6.2. Resultados de análises dos discursos jornalísticos

Muitas vezes o jornalista apropria-se do discurso de suas fontes de informação. Além disso, o processo de escolha de algumas palavras em detrimento de outras na construção de sentido, é muitas vezes “armado” pelo jornalista para dar uma idéia de isenção, permitindo que o jornal mantenha uma imagem de seriedade, independência, neutralidade e imparcialidade.

O que parece é que há uma ambivalência de voz, pois as notícias dos jornais impressos possuem uma forma lingüística ambígua que as tornam com uma variedade de vozes. Ambos os jornais, *O Popular* e *Diário da Manhã*, parecem estar mesclando uma série de discursos institucionais com a voz do jornal ou do jornalista. E, neste caso, ora os jornalistas se apropriam dos discursos feministas (Anexo 3), ora criam um discurso próprio (Anexos 5, 7, 11, 12, 14) a partir de discursos institucionais típicos como o jurídico político, econômico, médico ou militar.

Ao mesclar a voz do discurso feminista, como também dos discursos jurídico, político, econômico, militar, os jornais *Diário da Manhã* e *O Popular* estão de certa forma traduzindo todos estes discursos para a linguagem e o discurso jornalístico. E isso na maioria das vezes é pura questão de vocabulário como se verifica em cada um dos textos analisados.

O que ocorre, portanto nos jornais é uma representação de outros discursos por meio do discurso jornalístico que procura aproximar mais a informação do público, característica fundamental do jornalismo.

Nesta análise verificou-se que cada discurso se apresenta de determinada maneira de acordo com o conteúdo abordado. Na maioria das vezes os discursos jornalísticos estão desarticulados dos discursos feministas. Somente em uma matéria analisada verificou-se a participação de fontes feministas como fonte de informação aos jornalistas. E, compreende-se que esse aspecto seja fundamental para verificar a articulação ou desarticulação entre um e outro discurso, já que todos os outros (político, jurídico, militar, médico e econômico) estão presentes e coexistem com os discursos feministas e jornalísticos em muitos casos. O que se nota, como Fairclough (2001, p.143-144) explica que

os eventos dignos de se tornar notícia se originam de limitado grupo de pessoas que têm o acesso privilegiado à mídia, que são tratadas pelos jornalistas como fontes confiáveis, e cujas vozes são aquelas que são mais largamente representadas no discurso da mídia. Em algumas notícias da mídia, essas vozes externas tendem a ser explicitamente identificadas e demarcadas.

Nesse sentido, o que se observa é que os jornalistas têm se apropriado de uma posição extremamente cômoda e discutem determinado assunto que diz respeito à violência contra mulher, procurando sempre um tipo de fonte mais confiável, que pode até não ser uma apenas, mas que normalmente encontra-se em um tipo de instituição específica.

A questão da violência doméstica, por exemplo, veiculada no *Diário da Manhã: Punição mais rígida* (Anexo 3), utiliza como fontes de informação apenas integrantes de instituições feministas, que embora, tenha falas de mulheres e homens no texto, este provém de um único discurso, qual seja: o feminista.

Da mesma forma são tratadas as notícias sobre Tráfico de Seres Humanos (Anexos 11, 12, 14) em que só são entrevistados integrantes da polícia, e conseqüentemente destaca-se o discurso militar. Dessa forma conclui-se que o jornalista define determinado tipo de fonte como sendo mais confiável para discutir tal tema e limita-se a ele. Porque a questão do tráfico humano também não pode ser abordada do ponto de vista das feministas? Será que as feministas também não estariam aptas para responder as questões que envolvem o tráfico?

Ao ler as notícias que abordam a violência contra a mulher neste dois grandes veículos de comunicação em Goiânia (*Diário da Manhã* e *O Popular*), a impressão que se dá é que a notícia é dada e o fato se esgota. Nenhuma destas notícias selecionadas tiveram desdobramentos das discussões analisadas nas páginas do dia seguinte nos jornais. Quando determinado tipo de violência contra a mulher ocorre, entende-se que o jornal procura a vítima, familiares e personagens que estejam diretamente relacionados a questão e constituem os textos a partir destas fontes. Isso porque em nenhuma das matérias verificou-se fontes que estejam “além do fato”. Normalmente não há nenhum tipo de abordagem sociológica em relação ao tema, não há nenhum tipo de preocupação em analisar o fato em profundidade e o tema se esgota.

Neste sentido os discursos são construídos e normalmente inter-relacionados com o conteúdo da discussão e o contexto sócio-político que os envolvem. Observou-se que a notícia sobre violência doméstica (Anexo 2), por exemplo, apropriou-se do discurso feminista. Neste caso, as feministas eram as fontes mais próximas dos jornalistas porque o próprio conteúdo da notícia refere-se a um debate organizado pelas próprias feministas, um debate de alcance nacional que recebeu destaque no jornal *Diário da Manhã*.

Já nos textos referentes ao Tráfico de Seres Humanos e crimes sexuais (Anexos 11, 12, 14) a discussão envolve prisões de traficantes ou investigações da Polícia Federal. Os jornais diários goianos discutem somente, nas temáticas de violência contra a mulher, o que está na ordem do dia, e neste caso, quem estava diretamente relacionado ao assunto para serem entrevistados eram os integrantes da Polícia Federal. Não se discute o que tem sido feito para diminuir o problema, como a sociedade pode participar, precaver-se, cuidar-se ou inúmeras outras abordagens que poderiam ser dadas ao mesmo assunto, ao invés de sempre discutir o tema apenas sob o enfoque militar.

Na notícia *Sem-teto perde filho no 8º mês de gestação* (Anexo 7), por exemplo, os entrevistados são os próprios sem-teto. A notícia gira em torno de “vítimas” que cria todo o discurso. Nota-se que normalmente estes discursos não estão diretamente relacionados com uma editoria específica, apesar de que este fato facilita a identificação dos discursos. A discussão sobre os sem-teto, por exemplo, está no caderno cidades, embora exista um discurso muito típico da economia e da medicina presente no texto. Já no caso da notícia *Mulher ‘sensual’ é mal remunerada* (Anexo 5), o texto possui um discurso típico do Caderno em que está inserido que é o discurso econômico, já que a própria matéria está em um Caderno de economia.

Outra notícia se encontra no Caderno Mundo do jornal *O Popular*, *Exploração sexual leva 518 para a Espanha* (Anexo 14) e o discurso que a caracteriza é o discurso militar. As demais matérias analisadas também possuem um discurso tipicamente militar (Anexos 12 e 11) e estão no Caderno Cidades do *Diário da Manhã* e do *O Popular*. Neste Caderno encontram-se a maioria das notícias policiais, embora não exista uma distinção muito clara nestes Cadernos nos dois jornais separando notícias de Cidades ou Policial.

A abordagem dada nas notícias de violência contra a mulher em cada um dos jornais *Diário da Manhã* e *O Popular* não difere muito quanto aos discursos ou ao tratamento dado ao tema. Os dois jornais utilizam-se muito do discurso militar na construção das notícias e somente o *Diário da Manhã* preocupou-se em uma matéria analisada em recorrer às feministas para discutir a questão da violência doméstica.

Os jornais goianos parecem não estar muito preocupados com as discussões feministas e normalmente criam um discurso próprio para discutir questões que estão diretamente relacionadas com as grandes lutas feministas. A imagem que as jornalistas do sexo

feminino têm construído nos jornais goianos analisados é principalmente de omissão em relação aos fatos que lhes poderiam dizer respeito como mulher. Com efeito, as mulheres têm sido tratadas como vítimas na maioria das vezes e repetido seu papel de submissão em relação aos homens. Nas notícias, são normalmente vítimas de violência e reduzidas em seu papel de mulher.

Em alguns casos observa-se a presença do machismo nas notícias que possibilita ao homem uma posição de superioridade em relação a mulher e garante poder por meio da violência como pode ser visto na maioria dos textos jornalísticos analisadas (Anexos 5,11, 12,14).

6.3 Considerações finais

Pensar o jornalismo sob o enfoque teórico metodológico da Análise do Discurso é uma tentativa de compreender o que há por detrás do discurso que nos é apresentado como sendo dos jornalistas, um discurso de neutralidade, um valor tão caro ao jornalismo.

Ao analisar o sentido dos textos por meio da sua materialidade, verificando as marcas que regem as construções discursivas dentro de um determinado contexto e que nos guiam a uma interpretação da realidade compreende-se que o texto jornalístico reconstrói o seu discurso, mas apropriando-se de outros. Não de um apenas, mas vários como foi verificado, desde o discurso militar, econômico, político, médico, jurídico e até mesmo o feminista. E assim, carrega consigo marcas de representação de vários sujeitos ou instituições, conferindo ao discurso jornalístico uma visão de mundo, um enquadramento, uma forma de pensar própria de quem escreve ou da instituição a qual o jornalista está subordinado dentro e fora do espaço midiático.

Nas análises feitas das notícias nos dois jornais: *Diário da Manhã* e *O Popular* observou-se que os textos possuem normalmente os enquadramentos que melhor convinham ao jornalista a partir de estratégias discursivas. A análise que se propôs fazer é apenas uma forma

de entender o discurso enquanto uma prática da sociedade. É uma visão e como tal não é uma verdade absoluta. É apenas uma forma de refletir sobre a prática jornalística.

VII CONCLUSÃO

A pesquisa faz uma análise das primeiras manifestações do movimento feminista. Os primeiros jornais feministas, iniciativas das mulheres por uma educação melhor, primeiras tentativas políticas das feministas de reverter a situação de submissão e patriarcalismo em relação aos homens.

Os primeiros jornais surgiram no início do século XIX e discutiam exclusivamente a moda, posteriormente eles passaram a discutir também política, literatura, cultura em geral e culinária. Logo, as feministas criaram inúmeros jornais e assumiram posições importantes. Entre os primeiros jornais *Jornal das Senhoras*, *Belo Sexo*, *O sexo feminino* que depois se tornou *15 de novembro do sexo feminino*, *O Domingo* e o *Jornal das damas*. Já em 1879 foi criado o *Eco das damas*, logo depois surgiu *Primavera*, a *Voz da verdade*, *Direito das Damas*, *A Família*, *A Mensageira*. Portanto, pode-se perceber que desde o século XIX muitas feministas insatisfeitas com a situação da mulher lutaram por inúmeras mudanças manifestando isso muitas vezes pelos jornais que escreviam.

Ainda no início do século XIX, as mulheres ao lutarem por uma carga-horária de trabalho menor realizaram uma rebelião em uma fábrica dos Estados Unidos. A manifestação

provocou várias mortes e serviu de referência a luta das mulheres. O dia 8 de março, data da tragédia, passou a ser comemorado mundialmente em nome daquelas mulheres operárias e se tornou uma oportunidade de as mulheres se manifestarem na sociedade buscando melhorar suas condições.

Após essa fase inicial denominada na pesquisa de “primeira onda feminista”, iniciou-se um momento de ascendentes manifestações feministas a partir da década de 70. O ano de 1975 é declarado pela ONU como o Ano Internacional da Mulher reconhecendo as denúncias referentes a todas as formas de discriminação contra a mulher.

Nesse período também ocorrem expressivos movimentos sociais como o movimento contra a carestia e movimento de luta pelas creches. Proliferam também inúmeras formas de manifestações das mulheres. Elas discutem sobre dupla jornada de trabalho, saúde, sexualidade, aborto, violência sexual, sobretudo conjugal.

Ressurge a partir da década de 70 também inúmeros jornais como o *Brasil Mulher* em 1975, *Nós Mulheres*, em 1975 e o *Mulherio* em 1981. As manifestações das feministas foram cada vez mais tomando notoriedade internacional que o período de 1975 a 1985 foi conhecido como Década da Mulher das Nações Unidas. A partir disso surgiram inúmeras outras iniciativas.

Em 1979 ocorre a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres, um importante passo contra a discriminação às mulheres. Em 1993 ocorre a Conferência Mundial de Direitos Humanos, em Viena. Já em 1995 foi ratificada pelo Brasil uma importante convenção, a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará) e no ano seguinte é realizada a Conferência Mundial da Mulher. Nota-se, portanto, que desde os primeiros jornais feministas já foram plantadas inúmeras lutas que possibilitaram uma série de conquistas às mulheres.

Discutiu-se as relações de gênero, poder e violência em relação às mulheres. Porém, existiu uma confusão que é explicada neste capítulo que refere-se a gênero e sexo. Pois gênero é apenas o ponto de partida para a construção social do que vem a ser homem ou mulher enquanto sexo é atributo biológico. É importante que se entenda isto já que as distinções biológicas serviram, muitas vezes, para explicar e justificar as mais variadas distinções entre mulheres e homens.

Explicou-se também o conceito de violência contra a mulher sobre vários pontos de vista. Um deles é o da Convenção de Belém do Pará de 1994, que explica que violência contra a mulher é “qualquer ato ou conduta baseada no gênero que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública quanto na esfera privada”.

A questão da violência contra a mulher é explicada tomando como referência a análise de Foucault sobre poder. Essas relações de poder demonstram que a violência exercida contra as mulheres é uma necessidade dos homens de controlá-las e exercer sobre elas seu poder o que as torna vítima em potencial da violência masculina. Verificou-se que o discurso machista esteve sempre se contrapondo com o discurso feminista nas relações de poder.

A partir de então foi desenvolvido o processo de investigação em que se explicou o desenvolvimento da pesquisa. Depois de feito isto, foi realizada uma análise dos discursos feministas em panfletos, folderes, cartilhas, revistas e jornais verificando que é um discurso em que inúmeros outros estão presentes. Entre eles destacam-se os discursos jurídicos, político, militar, econômico e médico.

Verificou-se que a questão da violência doméstica foi discutida pelas feministas nos textos analisados, principalmente pelo discurso jurídico. Em outro texto analisado sobre a Justiça Social e a Questão Urbana verificou-se que o discurso econômico predomina. No tema da liberdade sexual e reprodutiva o discurso médico é o mais utilizado. A pesquisa também se preocupou em analisar a questão do Tráfico de Seres Humanos que também é uma forma de violência contra a mulher. Esse tema é discutido nos movimentos feministas principalmente pelo discurso jurídico.

Preocupou-se em analisar as notícias de violência contra a mulher em dois jornais goianos: *Diário da Manhã* e *O Popular*. Verificou-se que em todos os textos há uma interdiscursividade muito grande. A questão da violência doméstica é discutida em uma notícia tendo o discurso jurídico como grande destaque. Na notícia *Mulher sensual é mal remunerada*, predomina o discurso econômico, que se torna ainda mais característico pelo fato de a notícia está disposta no Caderno de Economia do jornal *Diário da Manhã*.

Outra notícia veiculada no jornal *O Popular*, *Sem-teto perde filho no 8º mês de gestação*, nota-se que o discurso econômico e médico são bastante ambivalentes. As outras notícias analisadas refere-se a prostituição, exploração sexual e Tráfico de Seres Humanos, todas elas são escritas principalmente a partir de um discurso militar.

A análise das notícias e dos textos recolhidos nos movimentos feministas evidenciaram que os principais jornais diários de Goiânia produzem um discurso heterogêneo, cambiante entre os discursos institucionais (político, econômico, militar, jurídico e médico) e os discursos feministas nas notícias que diz respeito a violência contra a mulher.

Verificou-se que enquanto os discursos feministas são construídos a partir de contextos específicos, os discursos dos jornalistas são construídos a partir da relação da vítima da violência com outras esferas de poder que estejam mais diretamente relacionadas.

Em dois meses acompanhando ativamente os jornais (*O Popular* e *Diário da Manhã*), verificou-se a prioridade que os jornalistas dão a determinadas matérias em detrimento de outras. Assuntos políticos normalmente abarrotam as páginas dos jornais. Enquanto a violência continua cada vez mais escancarada na vida diária, os jornais limitam cada vez mais a discussão do assunto. E quando discutem, as notícias em raros casos possui algum desdobramento. O discurso normalmente é o mesmo: mulher como instrumento de polícia ou da economia. Relatos de morte também são freqüentes. E a mulher se torna assim, vítima de suas condições sociais.

O feminismo só não parece ter alcançado às redações dos principais jornais goianos. Jornalistas que normalmente cobrem as notícias de violência contra a mulher muitas vezes se omitem quanto às lutas das feministas. Mas o movimento feminista também parece se encontrar um tanto quanto omissos ou ausente de manifestações políticas talvez pela própria falta de recursos ou pelo devido a atual difusão do movimento que se encontra cada vez mais heterogêneo. E, talvez por esses motivos não tenham conseguido chamar tanto à atenção da mídia e dos jornalistas ávidos por notícias. Com isso, não se poderia esperar outra consequência senão cada vez mais um afastamento e desarticulação entre jornalistas e movimentos feministas.

Seria importante que futuras pesquisas pudessem verificar o papel das feministas nos veículos de comunicação de massa e compreender de que forma as feministas manifestam os interesses das mulheres nos meios de comunicação em geral. Outro passo importante a novas pesquisas é compreender os novos jornais feministas e sua articulação com a mídia. Aqui foram lançadas algumas idéias que pretendem servir de encaminhamento a novos trabalhos da pesquisadora.

Referências

ARENDT, Hannah. **Da violência**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985.

AZEVEDO, Maria Amélia de. **Mulheres espancadas: a violência denunciada**. Cortez Editora: São Paulo, 1985.

BERGESCH, Karen. **Poder e violência a partir da ótica da mulher**. p.129-137. Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana. As mulheres e a violência sexista. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

BELTRAME, Luiz Ideraldo. **Implicações na saúde reprodutiva**. Tempo e presença. Gênero, desafio à desigualdade, 2004.

BEAUVOIR, Simone de. **Segundo sexo: fatos e mitos**. Volume 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

CARREIRA, Denise; PANDJIARJIAN, Valéria; KÜCHEMANN, Berlindes Astrid; VIEZZER, Moema. **Vem pra roda! Vem pra rede! Guia de apoio à construção de redes de serviços**

para o enfrentamento da violência contra a mulher. São Paulo; Rede Mulher de Educação, 2003.

COSTA, Ana Alice Alcântara; SANDENBERG, Cecília Maria Bacellar. **Feminismo, Ciência e Tecnologia.** Salvador: REDOR/NEIM-FFCH/UFBA, 2002.

COSTA, Cláudia Lima. **O sujeito no feminismo: revisitando os debates.** Pagu - Núcleo de estudos de gênero. São Paulo: R viera Gráfica e Editora, 2002.

CUNHA, Maria de Fátima. **Homens e Mulheres nos anos 1960/70: um modelo definido?**, p.201-222. História: questões & debates. Curitiba, PR: Editora UFPR. Ano 18- nº 34 janeiro a junho de 2001.

DIAS, Ana Rosa Ferreira. **O discurso da violência: marcas da oralidade no jornalismo popular.** São Paulo: EDUC/Cortez, 1996.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso.* 7ªed. São Paulo: Loyola, 2001.(Leituras filosóficas).

GERALDES, Elen Cristina. **Quem matou Diana? Uma análise da violência nos e dos jornais.** p.197-213. In: OLIVEIRA, dijaci e outros(orgs.). Primavera já partiu: retrato dos homicídios femininos no Brasil. Série: Violência em manchete I. Vozes, Brasília/DF; MNDH, Brasília/DF, 1998.

GROSSI, Miriam Pillar. **Identidade de gênero e sexualidade.** p.29, 81. Estudos de Gênero. (Caderno de Área 9). Goiânia: Editora da UCG, 2000.

HEILBORN, Maria Luiza. **Cidadania para as mulheres**. p.13-15. Imagens. São Paulo: Editora da Unicamp, 1994.

_____. **A violência e a Mulher**. p.88-98. Cidadania e violência. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

INSTRUMENTOS INTERNACIONAIS. Ministério das Relações Exteriores, Funag: Brasília, 2003.

LASCH, CHRISTOPHER. **A mulher e a vida cotidiana: amor, casamento e feminismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

MAGALHÃES, Célia M. **A análise Crítica do Discurso enquanto Teoria e Método de estudo**. p.15-30. Reflexões sobre a análise crítica do discurso. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

NUNES, Terezinha de Jesus Coelho. **Uma reflexão sobre a feminilização da pobreza**. p.113-140. Estudos de gênero. Goiânia: UCG, 2003.

NUNES, Brasilmar Ferreira. **A face irregular do espelho**. p.39-50. In: OLIVEIRA, Dijaci e outros(orgs.). Primavera já partiu: retrato dos homicídios femininos no Brasil. Série: Violência em manchetes I. Vozes, Brasília/DF; MNDH, Brasília/DF, 1998.

PEREIRA, Pedro Paulo. **A violência nas narrativas**. p.175-196. In: OLIVEIRA, dijaci e outros(orgs.). Primavera já partiu: retrato dos homicídios femininos no Brasil. Série: Violência em manchetes I. Vozes, Brasília/DF; MNDH, Brasília/DF, 1998.

PESTRAF- **Pesquisa sobre o Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial**- Relatório Nacional- Junho de 2002.

PINTO, Célia Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: editora Fundação Perseu Abramo, 2003. (Coleção História do Povo Brasileiro)

PINTO, Milton José. **Comunicação e discursos: introdução à análise de discursos**. São Paulo: Hacker Editores, 2002.

RODRIGUES, Almira. **Construindo a perspectiva de gênero na legislação e nas políticas públicas**. p. 99-112. Estudos de gênero. Goiânia: UCG, 2003.

SOARES, Bárbara Musumea. **Mulheres invisíveis: violência conjugal e as novas políticas de segurança**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999. (Coleção Tudo é história)

ANEXO I

ANEXO II

ANEXO III

ANEXO IV

ANEXO V

ANEXO VI

ANEXO VII

ANEXO VIII

ANEXO IX

ANEXO X

ANEXO XI

ANEXO XII

ANEXO XIII

ANEXO XIV

ANEXO XV

ANEXO XVI

